



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS  
CURSO: PSICOLOGIA

USUÁRIOS E DEPENDENTES: UM DIÁLOGO A PARTIR DA  
NOVA LEI DE DROGAS  
(LEI 11.343/06)

ANDRÉA DE ALMEIDA MARFAN

BRASÍLIA  
JUNHO/2008

## AGRADECIMENTOS

A concepção desta Monografia só foi possível graças ao aprendizado e à experiência adquirida junto à equipe da SENAD, onde realizei trabalhos como estagiária durante dois anos (2006/2007). Nesse período inicial de trabalho prático, no âmbito da prevenção ao uso de drogas, consegui visualizar a amplitude, a gravidade e a complexidade de uma problemática que envolve grande parte da população do Brasil e do mundo.

Agradeço a todos e a cada um dos ex-colegas que compunham uma valiosa equipe dirigida por **Doralice Oliveira Gomes**, cujos nomes - **Aldo Azevedo da Costa**, **Janaína Bezerra Nogueira**, **Cinthia Tangari Wazir** e **Lúcia Tomasi** - merecem todo o meu reconhecimento pela amizade, colaboração, engajamento e espírito de equipe.

Agradeço ainda a meus pais, que seguiram todos os meus passos e souberam oferecer o seu apoio, carinho, compreensão e estímulo para que concluísse com sucesso essa primeira etapa da minha vida acadêmico-profissional.

## SUMÁRIO

Resumo .....	iii
Introdução .....	4
Aspectos Históricos e Experiências Internacionais .....	9
Algumas Facetas no Contexto do Uso de Drogas .....	31
Método .....	39
Análise das Informações .....	43
Considerações Finais .....	56
Referências Bibliográficas .....	59
Apêndice .....	61
Resultados .....	62
Anexos .....	66
Lei de Drogas 11.343/06 .....	67
Política Nacional sobre Drogas .....	86

## RESUMO

Atualmente, o uso e a dependência de drogas lícitas e ilícitas é um assunto freqüente em debates políticos, que visam encontrar o melhor caminho de enfrentamento desta questão e das possíveis conseqüências provocadas por ela. No ano de 2006, entrou em vigor no Brasil uma nova legislação que, dentre outras medidas, prescreve ações de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e de dependentes de drogas lícitas e ilícitas. Tendo como base o princípio de que as políticas e as legislações brasileiras deveriam estar livres de elementos preconceituosos e de terminologias estereotipadas, o presente estudo, baseado em métodos utilizados em pesquisas qualitativas da psicologia social, faz uma análise do discurso presente na nova Lei de Drogas (nº 11.343/06), no sentido também de constatar se seus artigos estão em consonância com as orientações pressupostas pela Política Nacional sobre Drogas de 2005. Como resultado, foram encontrados tanto avanços plausíveis para uma política mais equilibrada, quanto elementos que ainda caracterizam uma ideologia marcada pela estigmatização de consumidores de substâncias psicoativas ilegais. Outro importante resultado desta análise, se refere ao fato de que a Lei ainda não dispõe de critérios específicos para os diferentes tipos de padrão de consumo, e portanto ainda não distingue com clareza usuários e dependentes de drogas. Este fato, além de poder prejudicar ações pragmáticas voltadas para o controle do uso de drogas, pode continuar alimentando preconceitos já existentes com relação a este fenômeno.

**Palavras-chave:** preconceito, estigmatização, usuários e dependentes.

ANDRÉA DE ALMEIDA MARFAN

USUÁRIOS E DEPENDENTES: UM DIÁLOGO A PARTIR  
DA NOVA LEI DE DROGAS  
(LEI 11.343/06)

Monografia apresentada ao Centro  
Universitário de Brasília como requisito  
básico para a obtenção do grau de  
Psicólogo da Faculdade de Ciências da  
Saúde.

Professor-orientador: Cynthia Ciarallo

Brasília  
Jun/2008

Durante os dois últimos anos (2006/2007), pude desenvolver trabalhos relacionados ao consumo de drogas em estágio realizado na Coordenação Geral de Prevenção, da Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD. Nesse período, tive acesso a diversos estudos e estatísticas relativos ao uso de drogas, tanto a nível nacional, como internacional. Compreendi que os problemas relacionados ao consumo abusivo de substâncias lícitas e ilícitas exigem uma atenção especial e interdisciplinar, o que me levou a considerar que os estudos em psicologia voltados para essa temática são tão importantes quanto os realizados em outros domínios igualmente competentes.

O termo “droga” é derivado da palavra holandesa *droog*, cujo significado é seco, e se referia a especiarias asiáticas no século XVI (Carneiro, 2006). Segundo definição da Organização Mundial de Saúde, “droga é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento” (Nicastri, 2006, p. 48).

As drogas capazes de alterar o funcionamento cerebral, causando modificações no estado mental, são chamadas de drogas psicotrópicas conhecidas também como substâncias psicoativas. Nesse sentido, a Convenção de Viena sobre drogas psicotrópicas, realizada em 1971, já anotava:

Basta que uma droga tenha capacidade de produzir: (a) um estado de dependência; (b) estímulo ou depressão do sistema nervoso central, que cause alucinações, distúrbios de função motora, do raciocínio do comportamento, da percepção ou do estado de ânimo

ou abusos e efeitos semelhantes a uma substância constante da tabela I a IV. (art. 2º, parágrafo 4º).

Nas referidas tabelas podem ser encontrados os nomes dos vários componentes químicos que também constituem a lista de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial no Brasil, regulamentados pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), por meio da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998.

Do ponto de vista legal, as drogas são classificadas como lícitas ou ilícitas, ou seja, as que podem ser livremente obtidas ou as que somente podem ser obtidas mediante a prescrição médica, e as que são proibidas por lei.

Atualmente, na acepção da nova Lei brasileira de drogas Nº 11.343/06, não mais se usa o termo substância entorpecente, tido como uma locução inadequada, e se define drogas como “substâncias ou produtos capazes de causar dependência, e que estejam especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas, de forma periódica, pelo Poder Executivo da União” (parágrafo único do art. 1ª).

Considerando que a própria existência de controvérsias, do ponto de vista conceitual, seja alvo de inúmeros debates, é previsível que a complexidade inerente à temática de se estudar a dinâmica do consumo de drogas na sociedade seja ainda maior.

Em 2004, foi realizado em Brasília um primeiro Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas, que reuniu representantes do Canadá, Itália, Holanda, Portugal, Inglaterra, Suíça e Suécia, na tentativa de apresentar uma síntese de estudos e das políticas adotadas por seus respectivos governos. Dessas experiências, destacaram-se tanto os resultados de uma política de drogas com abordagem liberal na Holanda, quanto o fracassos de políticas repressoras, como por exemplo o ocorrido na Suécia. Como relata Chung-Yol Lee, Oficial Federal de Saúde Pública da Suíça:

*(...) temos que experimentar novas abordagens e, se virmos que não estão dando resultado, temos que interrompê-la. Não há nenhuma garantia de que uma nova abordagem vá ter bons resultados. Portanto, se você não está preparado para assumir alguns riscos, você nunca implementará um projeto inovador.*

É também importante ressaltar que a abordagem da redução de danos esteve presente em todos os relatos dos representantes envolvidos, estratégia política que também será discutida no presente trabalho.

As informações passadas durante o referido evento podem e devem ser utilizadas como uma importante ferramenta na compreensão da problemática relacionada ao consumo de drogas na sociedade e, tendo como base os diferentes contextos de cada país participante, um importante subsídio no planejamento de ações voltadas para o contexto brasileiro.

Em 2005, foi realizado no Brasil um estudo com base em levantamentos que envolveram as 108 maiores cidades, onde foram obtidos dados nacionais acerca do consumo de drogas. “O objetivo principal deste estudo foi estimar a prevalência do uso de drogas psicotrópicas, lícitas e ilícitas, além de esteróides anabolizantes” (Galduróz, 2007. p. 13).

Um primeiro Levantamento Domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas já havia sido feito em 2001, e foi utilizado como importante fonte de comparação com o II Levantamento de 2005. Os resultados destas comparações propiciaram discussões sobre realidade brasileira em relação ao consumo drogas, que apontaram para um crescimento generalizado de usuários e de dependentes.

Os resultados desses estudos, além de serem comparados com dados internacionais, objetivaram também: (a) “avaliar a percepção da população a respeito das facilidades em conseguir drogas”; (b) “avaliar a percepção da população sobre o tráfico”; (c) “sobre as pessoas sob efeito de drogas”; (d) “sobre os riscos graves de se drogar”; (e) “verificar quantas



pessoas submeteram-se a tratamento” e; (f) “definir as complicações diretas e indiretas decorrentes do abuso de drogas” (Galduróz, 2007. p. 13).

Ainda durante o ano de 2005, foi realizado o trabalho de realinhamento das Políticas Nacionais sobre Drogas no Brasil e, no ano seguinte, a nova lei sobre Drogas (nº 11.343/06), foi então sancionada.

A perspectiva de constantes debates e de formação de diferentes opiniões a respeito da temática de drogas, pode ser considerada um indicador de que os discursos utilizados nas diversas formas de retratar o fenômeno é carregado de ideologias historicamente construídas. Um dos principais, ou senão o principal foco destas divergências ideológicas diz respeito ao usuário de drogas, especialmente das ilícitas.

Diante dessas considerações pretendo, no decorrer do primeiro capítulo do presente trabalho, comentar este fato por meio de achados de outras pesquisas já realizadas com este mesmo propósito. Levantar discussões sobre os aspectos ideológicos envolvidos na questão das drogas e os discursos utilizados nas primeiras leis antidrogas adotadas no país, já foram objetos de estudos que, de acordo com o a análise da Lei nº 6.368/76 de Souza, Fontenelle e Ramos (2006), levaram à concluir que as antigas medidas de controle do uso de drogas eram ineficazes, por difundir o medo que antecipa a inviabilização de debates menos superficiais, sendo que esses debates, segundo os autores, deveriam articular um modelo preservador dos direitos humanos. Subseqüentemente, fez-se necessário discutir tais ideologias, tendo como base a Teoria das Representações Sociais e os métodos de pesquisa da Psicologia Social, comentados principalmente no segundo capítulo.

O objetivo geral da pesquisa documental apresentada, principalmente no terceiro capítulo, foi no sentido de se analisar os principais pontos relacionados ao usuário e ao dependente de drogas na nova Lei 11.343/06, especialmente no que se refere o art. 28º, que é direcionado aos usuários de drogas ilícitas. Para isso, conforme estarei descrevendo no

primeiro capítulo, fez-se necessário levantar os aspectos históricos relacionados ao consumo de drogas no mundo e no Brasil, para que desta maneira fosse possível entender melhor como as ideologias referentes às drogas e aos usuários de drogas foram construídas, tal como a forma em que estão presentes, de maneira implícita, nas políticas e nas sociedades de hoje.

Ainda no primeiro capítulo, procurei apresentar uma descrição sobre as principais drogas lícitas e ilícitas consumidas no Brasil, assim como sobre seus efeitos. Também será explicada outra importante informação relacionada a esses estudos e suas características: os padrões de consumo, ou seja, a fundamental diferença entre um usuário, um usuário abusivo e um dependente de drogas. Tais informações me levaram a pesquisar e a descrever sobre a realidade dos usuários em relação aos enfrentamentos legais no Brasil até a vigência da atual Lei nº 11.343/06. Em seguida são apresentadas as atuais políticas públicas direcionadas ao consumo de drogas no Brasil e em outros países, e a forma como essas políticas têm orientado as legislações vigentes.

A percepção de exclusão social dos usuários de drogas, somada a todos os outros preconceitos que a ele são atribuídos, deve ser considerada como fator de altíssima relevância entre os principais elementos que interferem substancialmente o encontro de soluções pragmáticas para os problemas consequentes do uso de drogas no Brasil, ou seja, uma medida que tenha como resultado a diminuição de seu consumo de uma forma geral, ou mesmo a redução dos danos causados por elas. Atentei-me a estudar a nova legislação, tanto em relação a seus aspectos explícitos como os implícitos e pude constatar que, não obstante ao fato da nova Lei estar respaldada em princípios norteadores dos direitos humanos, tendo como objetivo eliminar a criminalização imposta aos usuários perante as antigas leis, ainda podem ser encontrados elementos implícitos aos sentidos expressos em sua linguagem, podendo levar à ocorrência de múltiplas interpretações com relação à concepção do usuário de drogas.

## ASPECTOS HISTÓRICOS E EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

### Aspectos Históricos Relacionados às Drogas

As drogas psicotrópicas estão presentes nas mais diversas culturas ao longo de suas histórias. Hoje, assunto cotidiano na mídia escrita e falada, é um componente fundamental da violência urbana, principalmente se tratando de drogas ilícitas, gerando uma relação direta de quem está envolvido com seu uso ou tráfico, com o mundo do crime (Carneiro, 2006). Mas nem sempre foi assim. Para apresentar este tema, foi utilizado como base informações tiradas exclusivamente do Programa de Álcool e Drogas do Hospital Albert Einstein (PAD, 2008) de São Paulo, e de artigo publicado na revista Nossa História, em 2006 que, acredito, retratam de maneira exemplar a história milenar do consumo de substâncias psicoativas, e ainda mais importante, das ideologias construídas e que hoje estão claramente presentes em nossa sociedade com relação a este fenômeno, que acabam por nos fazer esquecer das particularidades ligadas à utilização de certos produtos ou à origem de certos comportamentos voltados ao seu consumo.

Carneiro (2006) ressalta que “no início da época moderna, o uso de produtos vegetais tidos como drogas era valorizado como fonte de energia, vigor, de calor e de equilíbrio dos humores e temperamentos” (p. 14). As rotas para os caminhos marítimo das especiarias levaram os navegadores, no século XV a encontrar o continente americano. Nesta descoberta, entraram-se produtos de valor comercial, como por exemplo o tabaco, que hoje é um hábito fortemente arraigado ao cotidiano de mais de um terço dos habitantes da terra.

A partir desse marco, o tabaco se difundiu rapidamente por todos os continentes. Com o início da colonização européia, tornou-se a moeda corrente no tráfico de escravos, espalhando-se rápida e definitivamente pela África. O continente asiático, especialmente Japão, China e Índia, viu o tabaco ser introduzido pelos europeus ao

longo do século XVI. A partir de 1600, a planta já fazia parte do cotidiano de diversos povos daquele continente. (PAD, 2008).

Os indígenas na América consumiam diversos tipos de bebidas alcoólicas fermentadas da mandioca, abacaxi, caju, etc e muitas substâncias vegetais psicoativas como o próprio tabaco e beberagens feitas com o cipó *Banisteriopsis caapi* e outras plantas conhecidas pelo nome *ayhuasca*. As modalidades do consumo dessas substâncias iam além do uso simplesmente festivo, recreativo ou hedonista. Os âmbitos da cura e da devoção se mesclaram em muitas práticas indígenas que utilizaram drogas como instrumentos medicinais e religiosos (Carneiro, 2006).

“Os usos puramente profanos e não-medicinais caracterizaram as cidades urbanizadas, em que as práticas de excesso se tornaram marcas de um consumo de drogas caras nas camadas abastardas das sociedades e de produtos baratos nas esferas populares” (Carneiro, 2006, pag. 15).

Como descreve Carneiro (2006), o clima cultural do final do século XIX, marcado pela influência do romantismo, levou a que o uso do ópio e outras drogas se tornassem um hábito comum entre os jovens estudantes inspirados pelas descrições dos escritores franceses, como Charles Baudelaire, a respeito dos “paraísos artificiais”. Eram os chamados “vícios elegantes”, pois apenas os bem aquinhoados podiam comprar estas substâncias caras e importadas, especialmente a morfina, a heroína e a cocaína. Já os pobres, em geral, deviam se contentar com o uso mais “prosaico” da maconha, restrita as camadas mais marginalizadas da época (Carneiro, 2006).

Das drogas atualmente ilícitas, as que mais importam para a compreensão do dinamismo relacionado às concepções ideológicas contemporâneas nas políticas e na sociedade brasileira, e portanto, para o presente trabalho, diz respeito especialmente à cocaína e à maconha. Até porque, segundo os Levantamentos realizados sobre o consumo de drogas

no Brasil, que serão comentados com mais ênfase posteriormente, indicam que são as drogas ilícitas mais consumidas no país.

A planta da qual a cocaína é proveniente, a coca, natural dos altiplanos andinos, já era utilizada por civilizações que surgiram no século X a.C. Para estas civilizações a planta deu poderes aos homens para vencerem um deus maligno e os incas entendiam que a 'Mama Coca', tal como a denominavam, fora um presente dos deuses para que os homens, ao mascar suas folhas, pudessem suportar a fome e a fadiga. Nesta época, o consumo das folhas era um privilégio da nobreza e sua utilização por soldados, mensageiros e camponeses, salvo autorização real expressa, já era considerado crime (PAD, 2008).

As folhas da coca foram levadas ao conhecimento europeu nos primeiros anos da colonização espanhola, não conseguindo popularidade nesse continente até o século XIX, provavelmente devido à deterioração da planta durante o transporte. O interesse europeu pelas propriedades farmacológicas da folha de coca apareceu com efusividade na virada para o século XIX: eminentes botânicos, farmacologistas e médicos da primeira metade do século atribuíram-lhe denominações tais como "tesouro da matéria médica", "saudável e condutora da longevidade", "evocadora da potência do organismo, sem deixar sinal algum de debilidade conseqüente" . Opositores da euforia causada pela descoberta da substância já eram encontrados nesse período, comparavam a coca ao ópio e alertavam para o potencial uso abusivo da mesma (PAD, 2008).

Já a maconha, conhecida na China há mais de quatro mil anos, ainda não se sabe como e em que época se deu a entrada na América e no Brasil (Carneiro, 2006). O termo 'maconha' e muitos outros que a identificam são de origem africana e, se supõe que teria chegado à América com os escravos. Seu nome científico, *cannabis sativa*, onde sativa significa não-nativa, ou seja, cultivada, foi estabelecido por um botânico sueco, mas a denominação mais usada na Europa e na América colonial era cânhamo ou linho-cânhamo.

Referências à maconha indicam que, segundo a tradição da Índia, a planta fora um presente dos deuses aos homens, capaz de provê-los de prazer, coragem e atender a seus desejos sexuais. A planta teria brotado pela primeira vez quando gotas do néctar dos deuses (Amrita) se derramaram sobre a Terra. Nos Himalaias indianos e no Tibet as preparações a base de cannábis encontram grande importância no contexto religioso. Ainda durante a Antigüidade, os gregos e romanos não tiveram por hábito utilizar a maconha com propósitos alucinógenos, apesar de conhecerem tais propriedades. Dioscórides e Galeno utilizavam-na como medicamento para alguns tumores e já puderam observar que o uso continuado era capaz de causar esterilidade masculina e inibir a produção de leite na mulher.

Carneiro (1996) ressalta em seu artigo, que a importância do cânhamo no Brasil sempre foi mais significativa como remédio do que como droga psicoativa. Além de terem sido cultivados por escravos fugitivos, o uso terapêutico dos derivados do cânhamo era também generalizado com ampla gama de indicações médicas, como por exemplo no tratamento de bronquites crônicas e para todos os tipos de asma, assim como na tuberculose. O autor relata que nas primeiras décadas do século XX, a presença da maconha entre as comunidades negras e mestiças levou à sua estigmatização pela ciência antropológica oficial. Passou a ser vista como elemento degenerativo da moralidade e da “pureza racial”, devendo ser combatida por motivos “higienistas”, pois se trataria de uma espécie de “vingança inconsciente” dos escravos que trouxeram consigo da África a planta que “escravizaria” os brancos. Mas adiante, o uso médico da maconha, comum no século XX, foi substituído por uma estigmatização cada vez mais forte como drogas das camadas mais pobres da sociedade. A própria medicina oficial renegou o uso da planta, acusada de “incitar o crime” (p. 22).

Carneiro (1996) relata ainda que na passagem do século XIX para o século XX, no Brasil, em meio à busca dos prazeres eróticos e de uma atração mórbida pelo excesso, despontavam várias drogas, além do álcool. “A visão literária desses hábitos, se inseria numa

nova vertente estética, chamada de decadentismo, que superava o romantismo e o simbolismo na descrição de uma idéia de degenerescência física, moral e cultural que seria marca de um mal do século” (Carneiro, 2006, p. 15). A imprensa passou a registrar, com grande sensacionalismo, os casos de suicídios por ingestão propositada de grandes quantidades de drogas, principalmente os opiáceos. Logo, o ópio e o láudano foram substituídos, na crônica policial jornalística, pela morfina e pela cocaína, descritas como:

substâncias mais puras e mais emblemáticas de uma corrupção geral de costumes, identificada pela imprensa como parte indissociável do submundo da prostituição e ameaças temidas para a sociedade, especialmente a sua camada mais rica, cujos filhos estariam sob a tentação permanente desses vícios elegantes (Carneiro, 2006, p. 16).

A partir deste período, a relação que a sociedade moderna atribuía ao uso de drogas e a decadência era indiscutível, embora não ficasse claro se tais hábitos ou comportamentos eram a causa ou a consequência dessa decadência.

#### Principais Drogas Consumidas pela População Brasileira e seus Padrões de Consumo

Até o ano de 1999, ainda não existiam dados sobre o consumo de drogas na população brasileira em geral. Esses dados foram obtidos por meio de levantamentos domiciliares que, embora sejam muito ricos em informações sobre o consumo global de drogas, pela sua complexidade e custo, ainda não haviam sido priorizados pelas autoridades. O primeiro Levantamento Domiciliar foi realizado e somente publicado em 2001, resultado de um convênio entre o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID) e a Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD (Galduróz, 2007).

Em 2005 a SENAD novamente financiou um II Levantamento que, ao seguir rigorosamente os mesmos passos e a mesma metodologia do primeiro (em 2001), possibilitou

não só a comparação dos resultados, como também a realização de estimativas sobre o uso de diferentes drogas naquele período (Galduróz, 2007).

Os tipos de drogas psicotrópicas consumidas e analisadas nos referidos Levantamentos realizados são: álcool, tabaco, maconha, cocaína, solventes, benzodiazepínicos, estimulantes ou anorexígenos, orexígenos, codeína, opiáceos, anticolinérgicos, heroína, crack, merla, alucinógenos, barbitúricos e esteróides anabolizantes. Como poderá ser observado a seguir, optei por apresentar breves comentários sobre as drogas mais consumidas.

O álcool é a substância química mais utilizada pelos brasileiros e está presente na maioria das festas e rituais religiosos. Em “quase todos os países do mundo onde o consumo é aceito, possuem uma bebida típica da qual se orgulham” (PAD, 2008). É considerada uma droga depressora do sistema nervoso central, podendo provocar mudanças no comportamento de quem o consome, além de ter o potencial de desenvolver a dependência (Carlini, 2004).

O álcool é uma das poucas drogas psicotrópicas que tem seu consumo admitido e até incentivado pela sociedade. Esse é um dos motivos que ele é encarado de forma diferenciada quando comparado com as demais drogas. Apesar de sua ampla aceitação social, o consumo de bebidas alcoólicas, quando excessivo, passa a ser um problema. Além dos inúmeros acidentes de trânsito e da violência associada a episódios de embriaguez, o consumo de álcool a longo prazo, dependendo da dose, frequência e circunstâncias, pode provocar quadros de dependência conhecido como alcoolismo. Dessa forma, o consumo inadequado do álcool é um importante problema de saúde pública, especialmente nas sociedades ocidentais, acarretando altos custos para a sociedade e envolvendo questões médicas, psicológicas, profissionais e familiares (Carlini, 2004, p. 14).

O tabaco é uma planta da qual é extraída uma substância chamada nicotina. É cultivada em todas as partes do mundo, sendo responsável por uma atividade econômica que



envolve muito dinheiro. Apesar dos males que o hábito de fumar provoca, a nicotina é uma das drogas mais consumidas do mundo (Carlini, 2004).

O solvente é uma substância altamente volátil que pode ser facilmente inalado. Um enorme número de produtos comerciais como esmalte, colas, tintas, thinneres gasolina etc, contém solventes (Carlini, 2004). No Brasil, existe também a produção de preparados clandestinos utilizados somente para fins de abuso, como por exemplo o lança-perfume, que é uma droga ilícita.

Os estimulantes, chamados de anfetaminas, formam uma classe de várias substâncias, algumas com indicações médicas e venda controlada, e outras fabricadas em laboratórios clandestinos e consideradas drogas ilícitas (PAD, 2008).

Os anticolinérgicos podem ser naturais ou sintéticos. Os anticolinérgicos naturais estão presentes em diversas plantas, espalhadas por todos os continentes do planeta. Os anticolinérgicos sintéticos podem ser encontrados em uma série de medicamentos de venda livre ou controlada. Os mais conhecidos são medicamentos utilizados para o tratamento do mal de Parkinson, como a triexifenidila (Artane®) e o biperideno (Akineton®). Há também a diciclomina (Bentyl®), utilizada no tratamento sintomático das cólicas de estômago e intestino (PAD, 2008).

Os barbitúricos e os benzodiazepínicos são medicamentos psicotrópicos capazes de diminuir a atividade do cérebro atuando, quase que exclusivamente sobre a ansiedade e tensão, podendo levar a pessoa ao estado de dependência. A legislação brasileira exige que esses tipos de medicamentos sejam vendidos nas farmácias somente com a receita de um médico (Carlini, 2004).

Todas essas drogas podem ser vendidas ou adquiridas licitamente no Brasil. A seguir serão apresentados alguns comentários sobre as principais drogas tidas como ilícitas no país.

A maconha, droga ilícita mais citada nos levantamentos realizados, é considerada uma droga perturbadora do sistema nervoso central. O THC (tetraidrocanabinol) é uma substância química fabricada pela própria maconha, sendo a principal responsável pelos efeitos desta (Carlini, 2004). Os brotos da planta são picados e triturados para a confecção do cigarro de maconha. Seus efeitos podem fazer com que o pensamento se lentifique e com que as associações de idéias fiquem menos coerentes, tendendo à mudança de assunto ou à incapacidade de articular o pensamento com a mesma facilidade habitual. Há um aumento exagerado do apetite, voltado principalmente para o consumo de carboidratos (PAD, 2008).

Dentre as substâncias ilícitas caracterizadas como alucinógenos, encontram-se o LSD e o ecstasy, também perturbadoras do sistema nervoso central. O LSD é líquido. No Brasil é comercializado em cartelas picotadas similares a um mata-borrão. Cada pequeno quadrado picotado recebe uma gota de LSD. Seu consumo pode acarretar em alterações na percepção, principalmente de caráter visual e auditivo, além de aceleração e desorganização do pensamento (idéias soltas e perda do foco do pensamento). Já o êxtase é uma droga sintética derivada da anfetamina, com propriedades estimulantes e alucinógenas. Os usuários relatam que o êxtase é capaz de causar bem-estar, conforto, empatia e conexão com outros. Por outro lado, complicações como a hipertermia, desidratação, hipotermia, blackouts e exaustão também já foram relatados.

E, finalmente a cocaína, droga tida como estimulante do sistema nervoso central, podendo ser consumida por inalação quando estiver sob forma de pó, ou ser fumada quando apresentar aspecto de pedra (crack) ou de pasta (merla). O crack e a merla são obtidos nas primeiras fases de extração de cocaína das folhas da planta, contendo muitas impurezas tóxicas (Carlini, 2004).

O consumo de cocaína provoca aceleração da velocidade do pensamento, inquietação psicomotora (dificuldade para permanecer parado, até quadros mais sérios de

agitação), aumento do estado de alerta e inibição do apetite. Alterações do humor são passíveis de grande variabilidade, indo da euforia (desinibição, fala solta) a sintomas de mal-estar psíquico (medo, ansiedade e inibição da fala). A duração do efeito depende da via de administração escolhida: cerca de 30 minutos quando cheirada e menos de 10 minutos quando fumada ou injetada . Ao final o usuário geralmente fica 'fissurado', isto é, com vontade de consumir mais (PAD, 2008).

Os padrões de consumo de drogas, ou seja, o diagnóstico e a classificação da quantidade e da frequência do uso de substâncias psicoativas, são também fatores de importantíssima relevância nos estudos sobre esta temática: ao fazer análises dos dados levantados em 2005 (II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas), encontra-se que em torno de 8.8% dos brasileiros já fizeram uso de maconha pelo menos uma vez na vida. Dentre estes, 1,24% são dependentes segundo critérios específicos de avaliação científica (SAMHSA). Portanto, a dependência abrange 1/8 dos usuários de maconha, o que significa que poucos dos que usam a droga são diagnosticados como dependentes.

Determinações sobre padrões de uso de drogas encontradas em publicação da SENAD (Duarte & Morihisa, 2002) classificam o consumo de acordo com suas possíveis consequências: a) o uso experimental engloba simplesmente os “poucos episódios de uso, extremamente infrequentes ou não persistentes”; b) “o uso recreativo representa o uso em circunstâncias sociais ou relaxantes, sem implicações de outros problemas relacionados” (pp. 69 - 70); c) o uso abusivo, pode ser entendido como um padrão de consumo que aumenta o risco de consequências prejudiciais (físicas, psicológicas e/ou sociais) para o usuário, sem ainda apresentar fenômenos como a tolerância, a abstinência e, principalmente, a compulsividade do uso; e, finalmente, d) a dependência, representando os transtornos mentais e comportamentais decorrentes do uso compulsório de uma substância psicoativa. Com relação ao uso de drogas ilícitas, há muitos que discordam em determinar um critério de

prevalência do uso, opinando que, neste caso, não é possível representar um padrão de consumo devido às implicações legais relacionadas

O uso não problemático pode, portanto, tornar-se abuso ou uso inadequado, dependendo de fatores como o próprio estado emocional da pessoa, a droga, a ocasião e o contexto de uso. É importante ressaltar ainda que uso abusivo não significa necessariamente a dependência, que é caracterizada por fenômenos fisiológicos, comportamentais e cognitivos e leva o indivíduo a dar prioridade ao uso da droga em detrimento de outros comportamentos, que antes tinham maior valor (Albertani, 2006).

É importante salientar que “as fronteiras para cada estágio de consumo não são tão claramente definidas e a seqüência de uma para outra não é algo inevitável, nem irreversível” (Albertani, 2006, p. 64). Para o conhecimento do padrão de consumo de drogas, profissionais da área de saúde devem utilizar diversas ferramentas científicas de caráter diagnósticas, conhecidas como “instrumentos de triagem” que, além de definirem com maior precisão a relação existente entre o usuário e a droga consumida por ele, também orientam quanto às estratégias de intervenção mais adequadas para cada caso.

### Histórico das Regulamentações sobre o Uso de Drogas no Brasil

A primeira regulamentação que se conhece a respeito do uso de drogas no Brasil aparece nas *Ordenações Filipinas*, que estiveram vigentes até 1830, e que no Livro V, encontram-se como registros de proibições de guarda doméstica e de venda de diversos remédios, entre os quais o ópio (Carneiro, 2006).

Em 1851, um regulamento imperial instituiu a polícia sanitária e disciplinava a venda de remédios. O primeiro código penal da República, de 1890, considerava crime a exposição à venda ou ministrar substâncias “venenosas” sem legítima autorização, mas estabelecia como penalidade apenas uma multa. Em 1912, realizou-se em Haia,

na Holanda, a primeira convenção internacional sobre o ópio, na qual o Brasil não participou, mas assinou-a em 1914 (Carneiro, 2006, p. 17).

Nesse período, floresceram instituições baseadas na ideologia eugenista, que surgiu no século XIX e cuja abordagem enfocava os principais fatores que podiam melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, visando desta forma “purificar a raça por meio do combate às formas de depravação que levariam à degenerescência física e moral”. No ano de 1921, a Lei Federal nº 4.294 passou a estabelecer medidas mais rígidas contra a venda ilegal de substâncias controladas, nomeadas de “entorpecentes”, mas seus consumidores ainda não eram penalizados. Somente no período da ditadura do Estado Novo, por meio do decreto-lei nº 891, de 25 de novembro de 1938, foi aumentado rigorosamente o controle estatal sobre as drogas. “Até a nova lei geral de entorpecentes, de 1971, existiram sete decretos-lei que pouco alteraram as disposições estabelecidas em 1938” (Carneiro, 2006, p. 17).

A Lei nº 5.726 de 1971 já previa normas para a recuperação de infratores viciados, mas manteve a equiparação tipológica entre traficante e usuário. A Lei 6.368 de 1976, buscando traçar contornos próprios à matéria, regulamentou-a completamente, “diferenciando em distintos tipos penais a conduta de traficar do uso próprio” (Damásio, 2006). A conduta do usuário de drogas era descrita formalmente pela Lei 6.368 e considerada como “crime”, conforme artigo 16: “Adquirir, guardar ou trazer consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar: pena – detenção, de 06 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) dias-multa”.

Souza, Fontenelle e Ramos (2006) fizeram uma análise do discurso da referida Lei 6.368 e chegaram às seguintes conclusões: estabelecida durante a ditadura militar, apesar de expressar a não criminalização do usuário em sua redação, acaba por criminalizar o porte de drogas, não distinguindo portanto um usuário de um traficante, prevalecendo fortemente o

discurso repressor. Com relação ao tratamento, a lei distingue um usuário de um dependente apenas em grau, onde é prescrita (e obrigatória) tanto a necessidade de um tratamento extra-hospitalar ou quanto a sua internação. Outro ponto muito relevante presente na conclusão dos referidos autores destaca que, a lei, acaba por violar o Princípio da Alteridade, que preceitua a idéia de que o crime deve, necessariamente, “interferir no âmbito de outrem, não sendo punível quando prejudicar apenas seu autor”.

Bianchini (2007) ressalta que, durante a década de 90, ficou bem acentuada a prevalência dos dois discursos acerca das políticas a serem adotadas para a questão das drogas no Brasil:

Um deles apregoava que a redução da oferta e da demanda poderia e deveria ocorrer por meio da intervenção penal. Visava a total abstinência, ou seja um mundo sem drogas. O outro, diversamente, tratava do tema a partir de uma linha prevencionista, voltada para atividades relativas à redução de danos. Aparecem preocupações com moderação e controle do abuso. Buscava um distanciamento de respostas meramente repressivas, principalmente em razão da estigmatização do usuário ou do dependente decorrente da sua passagem pelo sistema penal” (Bianchini, 2007. p. 27)

Em 2002, foi sancionada a Lei 10.409, que pouco modificou a antiga Lei. Durante a sua vigência, as penas de detenção para pequenos portes de drogas foram substituídas por tratamentos compulsórios, seja o autor do “delito” usuário ou dependente de drogas.

Com a intenção de sanar os problemas advindos das antigas regulamentações sobre drogas no que diz respeito à marginalização dos usuários, e com a pretensão de introduzir no Brasil uma sólida política de prevenção ao uso indevido de drogas e de assistência aos usuários, foi sancionada em 2006 a Lei 11.343.

Para analisar o discurso direcionado ao usuário de drogas lícitas e ilícitas na nova Lei, cujos resultados estão descritos no quarto capítulo do presente estudo, foi necessário

investigar minuciosamente tanto o conteúdo apresentado nos artigos pesquisados, quanto as interpretações advindas de suas entrelinhas. Trata-se também de identificar se a Lei está em consonância com os pressupostos elencados pela Política Nacional sobre Drogas de 2005, em “reconhecer as diferenças entre usuário, pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada” e “tratar de forma igualitária, sem discriminação, as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas”.

### Experiências Internacionais de Políticas sobre Drogas

Especialistas na área de drogas têm chamado a atenção para a necessidade de se estabelecer estratégias tanto nacionais quanto internacionais para a prevenção e para a repressão, de forma que se possa obter um adequado equilíbrio das experiências no trato das drogas ilícitas, tendo em vista o alcance de resultados eficazes. Nesse contexto, foi realizado em Brasília um Seminário Internacional sobre Drogas, com representantes de vários países, cujas apresentações e debates propiciaram um panorama das diversas visões e abordagens quanto ao tratamento da problemática, bem como das principais políticas adotadas pelos seus governos, conforme será comentado a seguir.

O Brasil era tido até pouco tempo atrás, como um país de passagem de drogas ilícitas, que eram levadas para outros países, onde eram distribuídas e vendidas ilegalmente. Entretanto, atualmente, o Brasil é, além de um território intermediário do tráfico, também possuidor de uma considerável população consumidora de drogas. Jornais e noticiários divulgam diariamente este fato e o resultado do último levantamento domiciliar realizado confirma: 22,8% da população brasileira já fez uso, em algum momento da vida, de algum tipo de droga, excetuando-se o consumo de álcool e tabaco.

O General Paulo Roberto Y. M. Uchoa (2004), Secretário Nacional Antidrogas no Brasil, explica que, até o ano de 1998, não existia no país uma política voltada para o

enfrentamento das drogas. O primeiro passo somente foi dado com a realização do primeiro Fórum Nacional Antidrogas, quando também começaram a ser coletadas as primeiras contribuições da sociedade para o planejamento de uma Política Nacional. A Política Nacional Antidrogas brasileira foi homologada em 2001, e em 2005 passou por um processo de realinhamento, sendo nomeada atualmente de Política Nacional **sobre** Drogas.

Em relação às políticas internacionais adotadas e apresentadas durante o Seminário Internacional de 2004, optei por fazer uma síntese das principais ações divulgadas pelos respectivos representantes de cada país participante:

No Canadá, como indica sua representante Cyr H. (Diretora da Unidade de Redução da Demanda de Drogas do Health Canadá) *há uma estratégia antidrogas fundamentada em quatro pilares: prevenção, tratamento, redução de danos e repressão*. Explica ainda que tal estratégia abrange tanto as drogas lícitas, quanto as ilícitas, usando uma *abordagem equilibrada para combater tanto a demanda quanto a oferta*.

Foram destacados em vários momentos, fatos que deveriam ser a base da construção de uma política sobre drogas: tratar, primordialmente, o fenômeno do consumo abusivo de substâncias psicotrópicas como uma questão de saúde, onde a redução de danos faz parte de um tratamento contínuo. No Canadá, é dado como prioridade o financiamento de projetos que tenham como foco a prevenção e a redução da demanda, *bem como compartilhar competências, particularmente em relação à avaliação de políticas e práticas baseadas em evidências*. A diretora finaliza sua apresentação informando que, recentemente, foi feita uma *alocação de fundos para assegurar que as políticas antidrogas respondam às exigências e tendências que estão surgindo*. Desta forma, foi feita uma reforma da legislação voltada exclusivamente para a maconha, sendo alteradas penas relativas à posse de pequenas quantidades.



Na Inglaterra, representada pelo Chefe de seção da Diretoria Estratégica de Drogas, Crook Trevor, estima-se que 12% de sua população tenha consumido drogas ilícitas pelo menos uma vez no ano de 2003, sendo que a maconha, como relata o referido representante é, de longe, a droga mais usada, seguida pela cocaína, pelo êxtase, anfetaminas, crack e heroína. Galduróz (2005) informa que 30.8% da população do Reino Unido já fez uso de maconha.

Trevor (2004) relata ainda que a *Inglaterra é dura com os traficantes e também pode forçar as pessoas a se submeterem a tratamento*, sendo usadas no país três linhas de ação: o da oferta, no sentido de enrijecer as penas para os crimes relacionados ao tráfico; da prevenção, no sentido de *impedir que os jovens se tornem usuários problemáticos no futuro*; e o da comunidade, investindo pesado em ações locais que reduzam o índice de crimes relacionados às drogas.

Finalizando, informa que uma importante característica da política antidrogas de seu país é no sentido de envolver 149 parcerias locais, responsáveis pela implementação de estratégias onde são identificadas as necessidades e onde são feitos os atendimentos a essas necessidades. Trata-se portanto de uma política *multifacetada*, focada essencialmente na redução de danos, e não apenas nos danos causados à saúde, mas também nos crimes decorrentes do uso de drogas e nos danos causados às famílias dos usuários, entre outros.

Vicenzo Boncoraio, Diretor Regional Antidrogas de Roma, Itália, inicia sua apresentação afirmando que *estamos sendo todos afetados pela grande demanda de drogas*, ilustrando a importância de se estabelecer uma *responsabilidade compartilhada*, significando que temos todos que cumprir com nossos deveres. Afirma ainda que o problema da repressão há de ser solucionado no momento em que *conseguirmos solucionar o problema da prevenção e da recuperação*.

Em 1990 houve a aprovação de uma primeira lei na Itália, que revogou as sanções penais aos consumidores de drogas, e mais tarde, uma segunda lei estabeleceu uma

descentralização regional, municipalizando os serviços de apoio aos dependentes e, desta forma, facilitando o acesso aos tratamentos. Boncoraio (2004) deixa claro em seu discurso que há, também, uma severa repressão aos criminosos e traficantes, que são duramente perseguidos e que, quando encarcerados, dificilmente conseguem reduzir suas penas.

A representante da Suécia, Christina G. Ogus, Coordenadora Adjunta de Política Nacional sobre Drogas, apresentou as experiências de seu país com base nos seguintes dados que chamam à atenção: somente 2 a 3% dos habitantes da Suécia fizeram uso de drogas em 2003. O plano de ação sueco é plausível, mas há de ser considerado também o próprio contexto propício para a sua implementação.

Ogus (2004) explica que o fortalecimento dos laços familiares e da relação entre pais e filhos é o principal objetivo em termos de prevenção do uso de drogas, criminalidade e outros fatores de risco. Explica ainda que nos anos 60 existiam na Suécia milhares de usuários, momento em que não haviam políticas adequadas para tratar do problema e, portanto, passou-se a adotar medidas de repressão. Foi então compreendido que, apenas a repressão, não resolveria o problema. *Os usuários de drogas temiam procurar ajuda e, esta linha dura, passou a ser severamente criticada.* Portanto, a necessidade de tratamento foi considerada primordial.

Houve também na Suécia uma experiência de liberação das drogas, que passaram a ser prescritas aos usuários. O projeto foi baseado na idéia de que a condição médica e social dos dependentes melhoraria por não terem que recorrer a atividades criminosas para obter recursos financeiros. A representante conta que o projeto durou apenas dois anos, *porque na verdade não houve declínio na atividade criminal.*

Com o fracasso da política repressiva e, posteriormente, com o fracasso da experiência da prescrição liberal de drogas, o governo da Suécia passou a implementar uma política antidrogas abrangente, que combinasse prevenção, tratamento e medidas de controle, que está

em vigor até hoje. A coordenadora sueca explica que *uma abordagem equilibrada não significa simplesmente que esses três pilares – prevenção, tratamento e repressão – deveriam ser igualmente fortes. O desafio é chegarmos a uma abordagem abrangente, equilibrada e coordenada, pela qual o controle da oferta e a redução da demanda se reforcem mutuamente.*

O presidente do Instituto de Droga e Tóxico-Dependência de Portugal, Fernando Negrão, inicia seus relatos lembrando da realidade territorial de seu país, que tem 13 fronteiras marítimas. *Isto dá uma idéia daquilo que é efetivamente um ponto fundamental de passagem das drogas, tanto do continente americano, como do continente africano. Quando se é um país em que a droga é um ponto de passagem, parte da droga fica.* E disso, nós brasileiros, conhecemos de sobra.

Em seus relatos, Negrão (2004) salienta que é fundamental que as polícias e as autoridades judiciárias tomem consciência de que o mais importante é saber de onde a droga vem e para onde que ela vai, de modo a diminuir a oferta. Com relação ao usuário de drogas, o presidente do instituto destaca que *Portugal é o único país do mundo que descriminalizou o consumo de todas as drogas, mas o uso não deixou de ser penalizado.* É importante ressaltar que esse discurso, assim como todos os discursos comentados, são provenientes de um seminário que ocorreu em 2004, e por isso pode ser que algumas informações sejam hoje, contestáveis.

O presidente do Instituto, afirma ainda que o tóxico-dependente é encaminhado para estruturas de tratamento e para um sujeito não tóxico-dependente, podem ser aplicadas *medidas que podem ir desde uma denúncia à família até a prestação de serviços em favor da comunidade.* É interessante ressaltar que, trata-se de uma política que diferencia estritamente um usuário de um dependente de drogas, política ainda não encontrada em outros governos. Entretanto, Negrão (2004) ressalta que a representação social do dependente de drogas ainda não é a representação social de um doente, mas sim de um *elemento desestabilizador*, embora

o consumo de drogas em Portugal seja visto do ponto de vista clínico, ou seja relacionado à saúde.

Em seguida, o expositor informa que foram criados em Portugal 48 Centros de Atendimento ao Tóxico-Dependente, que estão espalhados por todo o país, sendo que, segundo o representante, as vantagens deste sistema são três: *a estigmatização do tóxico-dependente diminuiu; é mais fácil detectar qual o tipo de droga consumido no país; é muito mais fácil pregar um susto a um não tóxico-dependente no que diz respeito a seus consumos.*

A Suíça foi representada no Seminário Internacional pelo Oficial Federal de Saúde Pública de seu governo, Chung-Yol Lee, que destacou em sua fala que o sistema político suíço é fundamentado no consenso e no comprometimento, inclusive com relação às drogas, por meio de referendos populares. *Os cidadãos da Suíça votam, pelo menos quatro vezes por ano sobre questões nacionais, e muito mais vezes sobre questões regionais ou relativas à comunidade,* e esses fatores democráticos são determinantes no desenvolvimento de uma política antidrogas.

Lee (2004) faz referência a dois marcos importantes na história da política sobre drogas em seu país: num primeiro momento, exigia-se que fosse implementada uma política antidrogas repressiva, restringindo os tipos de tratamentos aos dependentes, principalmente os de heroína, substituindo-os por tratamentos que visassem exclusivamente à abstinência. Cerca de 70% dos eleitores recusaram a proposta.

*Um ano depois outra proposta foi oferecida com um teor exatamente oposto. Sugeria basicamente que todas as drogas deveriam ser disponibilizadas, mais ou menos livremente, para qualquer um que desejasse. Novamente, o povo suíço achou que estavam indo longe demais e cerca de 70% dos eleitores também votaram contra essa proposta.*

Cada uma dessas votações foi precedida por um amplo debate público, que favoreceu conhecimento maior por parte da população sobre o assunto drogas. Destaca-se, portanto, a comunicação como uma parte importante no planejamento de políticas sobre drogas.

A mídia, por ser um grande meio de influência e formação de opiniões deve, assim como ocorreu na Suíça, ser orientada por pesquisadores e profissionais sérios que focalizem seus trabalhos em abordagens políticas direcionadas tanto para a prevenção, como para redução de danos.

Em seguida, Lee (2004) descreve os principais pressupostos da política de redução dos danos provocados pelas drogas em seu país: *a primeira diretriz da política antidrogas da suíça é o consenso. Isto significa intercâmbio de argumentos e opiniões. O segundo fator é a cooperação*, principalmente entre aqueles que trabalham na área da saúde, aqueles da área social e aqueles que trabalham na polícia. *O terceiro ponto é o pragmatismo. Com o passar dos anos, nós temos aprendido a abordar o tema das drogas de uma maneira muito pragmática e, tanto quanto possível, deixar para trás todos os nossos dogmas e ideologias.* O quarto ponto é a questão da evidência, ou seja, o desenvolvimento de projetos de pesquisa que avaliem resultados. Por último, foi destacada a importância da inovação nas políticas e nas estratégias a serem utilizadas no contexto das drogas.

Quanto à percepção sobre a questão das drogas, é valiosíssimo destacar a mudança ocorrida por parte da população suíça sobre a complexidade e a abrangência dos problemas que envolvem o uso de drogas, podendo ser representadas por declarações relatadas pela oficial, tais como: *O problema das drogas não pode ser solucionado, ele pode ser apenas administrado. A ideologia não ajuda. Enfrente a realidade e procure respostas pragmáticas para os problemas.*

E, finalmente, a Holanda, país europeu retratado pela mídia de maneira muito polêmica, conhecida por atribuir políticas “muito liberais” em relação às drogas. O

representante da Holanda, Marcel de Kort, Chefe-Adjunto da Unidade de Políticas de Drogas do Ministério da Saúde, enfatiza a idéia errônea que é espalhada pelo mundo sobre o governo holandês fazer uma política de indiferença com relação ao uso de drogas, em que é passada a falsa informação de que todas as drogas são legais na Holanda: *nossa política é liberal, mas não é uma baderna.*

Kort (2004) explica que a Holanda é um país muito pequeno e dos mais densamente povoados do mundo. Possui uma população quase que totalmente urbana, que acredita *firmemente na liberdade individual e na separação entre questões de cunho moral, religioso e questões de Estado.* A localização geográfica do país faz com que o transporte e o comércio sejam intensos, e na cidade de Rotterdam é encontrado o maior porto marítimo do mundo.

O chefe-adjunto explica ainda que a administração na Holanda é descentralizada *em autoridades locais, e isto também se aplica à política antidrogas,* mas que a proteção à saúde é sempre o mais importante a ser considerado. Esclarece que o foco das ações prioriza a redução da demanda, mas que *isso não significa que a redução da oferta seja menos importante.* Fato muito importante a ser destacado em sua apresentação, refere-se a distinção que passou a ser concebida em seu governo quanto aos diferentes tipos de drogas psicotrópicas com base nos danos que elas causam: de um lado a maconha e, do outro lado, as drogas que podem expor o usuário e a sociedade em geral à maiores riscos, como por exemplo a heroína. *A conclusão foi que essas diferenças deveriam ser refletidas na legislação e na política antidrogas. Outra conclusão foi que os riscos à saúde causados pela maconha são muito menores e substanciais do que os riscos sociais que estão ligados a ações criminais contra os usuários de maconha.* Em outras palavras, Kort (2004) explica que *a instauração de um processo criminal contra um jovem usuário de maconha causa muito mais danos do que a própria maconha que ele fuma.*

Outro princípio comentado diz respeito à posse de quantidades determinadas para o uso pessoal e a quantidade considerada destinada ao tráfico: *a posse de mais de 30 gramas é um delito passível de instauração de um processo criminal*. Entretanto, o uso de drogas não é proibido. É tolerada, em condições restritas, a venda de pequenas quantidades (5g) de maconha nos chamados *coffee shops*, baseado no princípio da conveniência – não processar alguns delitos em favor do interesse comum.

Apesar de muitas pessoas acharem que as drogas são vendidas legalmente na Holanda, com exceção da maconha em pequena escala, o combate a qualquer outra forma de produção ou venda é de alta prioridade. A venda de pequenas quantidades de maconha só é tolerada *para evitar que os usuários de maconha sejam confrontados ou expostos a drogas mais perigosas que lhe sejam oferecidas por traficantes*, além de evitar que os usuários sejam também marginalizados pela sociedade, ou que fiquem *restritos a determinados nichos sociais* (Kort, 2004).

Com relação aos esforços da redução da demanda, Kort relata que a idéia de prevenir o uso da droga é melhor do que tratar a dependência, que tratar a dependência é melhor do que fazer uma redução de danos, e fazer a redução de danos é melhor do que não fazer nada.

Para concluir, com relação às estatísticas do uso de drogas e de acordo com os dados publicados no Relatório Anual de 2005 do Observatório Europeu da Droga e da Tóxico-Dependência (disponível em [www.obid.senad.gov.br](http://www.obid.senad.gov.br)), o Reino Unido possui a maior prevalência de consumo de maconha, êxtase e cocaína (drogas pesquisadas) dentre os países que participaram no Seminário Internacional comentado, enquanto que a Suécia, Suíça e Portugal têm os menores índices de usuários de drogas.

Tendo já sido comentados os fatos sociais que mais contribuíram para a construção de minhas idéias argumentativas e os diferentes modelos de políticas públicas sobre drogas já experimentados por outros países, o próximo capítulo aborda as teorias que basearam a

construção da presente pesquisa. O entendimento da construção dos sentidos relacionados aos fenômenos sociais que corresponde a uma das áreas estudadas pela psicologia social, nos dá uma idéia de como surgiram ideologias tão arraigadas hoje na sociedade, e muito contribuiu com os processos investigativos na análise do discurso na nova Lei, permitindo relacionar os fatos sociais e, portanto históricos, às concepções envolvidas hoje no contexto do uso de drogas.



## ALGUMAS FACETAS NO CONTEXTO DO USO DE DROGAS

Sabemos que todas as pessoas possuem uma personalidade, um jeito de ser, ou ainda de se comportar e que podem ocorrer, dependendo de cada pessoa e de cada contexto, algumas variações comportamentais e emocionais: “variações da consciência, e, conseqüentemente das percepções subjetivas da realidade” (Magalhães, 1994, p. 17). As drogas são substâncias que, quando consumidas, podem modificar em algum grau o estado do indivíduo que as consome, proporcionando certa transcendência em sua consciência ou em distintas percepções da realidade. Não pretendo aqui fazer uma generalização dos possíveis fatores que motivam as pessoas a estarem experimentando e usando drogas, até mesmo porque entraria em um domínio clínico que foge do objetivo do presente estudo. Para compreender os sentidos implícitos, e até mesmo os explícitos nas idéias que envolvem as concepções da sociedade a respeito do usuário de drogas, os próprios fatos sociais e históricos é que devem ser estudados, tendo em vista que os mesmos se relacionam e influenciam as experiências e a formação das consciências individuais (Moscovici, 2003).

Os fatos sociais ou as representações coletivas têm como característica maior a propriedade de se imporem às consciências individuais, apresentando-lhes o “caráter moral da existência social, isto é, aquele que obriga as pessoas a agirem de determinada maneira” (Magalhães, 1994, p. 20). Desta forma, essas representações estão presentes, subjetivamente, em todos que integram uma sociedade, produzindo uma realidade compartilhada e preponderante, que exige por si só uma idéia de controle, abrangendo formas corretas e usuais de comportamento (Magalhães, 1994).

A forma como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento, faz parte de um campo de estudo presente em numerosas ciências, e é também objeto de investigação da psicologia social, mas com a especificidade de buscar o porquê das pessoas partilharem o

conhecimento de tal modo e como que este passa a constituir uma realidade comum, acabando por transformar “idéias em prática” (Moscovici, 1990).

Com o propósito de entender a construção do sentido ou das concepções já estabelecidas na sociedade sobre os usuários de drogas, foi imprescindível inserir brevemente na construção do presente estudo a Teoria das Representações Sociais.

Tais representações, são “sustentadas pelas influências sociais da comunicação que constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como principal meio para estabelecer as associações com as quais nos ligamos uns aos outros” (Moscovici, 2003, p. 8). Dessa forma, as representações sociais se constituem em um senso comum, entrando para um mundo social e fazendo parte do cotidiano das pessoas, seja através de discussões, seja por meio da mídia. É importante ressaltar ainda que “o conhecimento nunca é uma simples descrição ou uma cópia do estado das coisas. Ao contrário, o conhecimento é sempre produzido através da interação e da comunicação e sua expressão está sempre ligada aos interesses humanos que estão nele implicados” (Moscovici, 2003, p. 8).

O fenômeno das representações também está ligado aos processos sociais conseqüentes das diferenças, sejam elas de idéias, de atitudes, de nível socioeconômico ou de diferenças raciais que emergem em conflitos, tensionados pelo reconhecimento formal da universalidade dos direitos humanos, e sua negação a grupos específicos dentro da mesma sociedade. “A luta que tais fatos acarretam forma também lutas para novas formas de representações” (Moscovici, 2003, p. 16)

Interligando a teoria proveniente da Psicologia Social aos aspectos históricos das drogas, apresentados sinteticamente no primeiro capítulo, é possível chegar à uma primeira noção do estabelecimento das idéias preconceituosas relacionadas ao consumo de substâncias psicoativas na sociedade. Durkheim (citado por Magalhães, 1994), contribui ainda mais destacando a base do surgimento da idéia de criminalidade associada ao uso de drogas, ao

lembrar que, a ameaça ao trabalho e, conseqüentemente, o perigo que as drogas causam à produção, são razões provenientes de uma lógica capitalista da criminalização de seu consumo: “ao minar a força de trabalho, as drogas seriam inimigas da acumulação capitalista”, surgindo daí as sanções que a sociedade move a tal prática “degenerativa do tecido social” (p. 110). Magalhães (1994) esclarece ainda, que a preocupação com a vida humana não é o elemento crucial que incita a luta contra as drogas, menos ainda que seja um “móbil moral decisivo na proibição de uma prática que se assenta em um direito mais forte do que a obrigação à vida: o direito individual ao corpo” (p.114). Portanto, o autor salienta que a tradicional cultura moralista do não-uso de drogas é proveniente da simples idéia de que em nossa sociedade as pessoas são mediadas por uma necessidade econômica, e que o consumo de drogas está diretamente relacionado à uma diminuição da capacidade humana de produção de riquezas, não sendo um possível dano físico ou mental do sujeito usuário de drogas o principal fator das determinações legais que justifiquem, *a priori*, a repressão de tal comportamento.

Mais adiante, Magalhães (1994) elucida o “buraco negro” deixado aos cofres públicos na luta contra as drogas, no que diz respeito aos orçamentos de segurança pública: “Se o comércio de drogas é tão rentável e seu controle policial tão dispendioso e ineficaz, não devemos nos surpreender de que agora vetustos economistas da escola liberal passem a concluir que a criminalização da embriaguez é contraproducente” (p. 147). O autor propõe ainda que os sentimentos dos ofendidos com essa política, e com o uso de drogas em geral não estariam, mais uma vez, respaldados em um valor societal de saúde pública, sendo apenas motivados por uma simples repulsa pela possível alteração de um estado “natural” que as drogas podem proporcionar. Conclui, portanto, que “apenas na medida em que a sobriedade é igualada ao padrão de saúde é que temos a possibilidade de tematizar as drogas nesse nível” (p. 146).

Não obstante à consciência de que a saúde pública deveria ser o principal foco nas políticas relacionadas às drogas, a teoria médica de controle do consumo ainda está mais próxima de uma visão policial repressora derivada da triunfal proposição da medicina preventiva de como lidar com doenças em geral: “para controlar epidemias, deve-se exterminar seu vetor” (Magalhães, 1990, p. 148). Sabemos que o comportamento de uso de drogas está presente há milhares de anos na história humana, e que possivelmente sempre fará parte de nossa realidade. Saber lidar com este fato e viver esta realidade de maneira menos preconceituosa, seria como cultivar um sentimento básico para a maturidade de um sistema mais democrático: a tolerância.

Neste sentido, surgiu como estratégia nos países europeus, em oposição a políticas de repressão (tolerância zero) proveniente dos Estados Unidos, o modelo político de redução de danos. Estratégia que não enfoca a abstinência, propugna pela descriminalização gradual das drogas, assim como por uma política de controle e educacional, em que o abuso do consumo de drogas é tratado como problema de saúde privada e pública (Gomes, 2007).

No Brasil, a nova Lei de Drogas, 11.343/06, influenciada basicamente pelo modelo europeu de redução de danos, é concebida com um viés “restaurativo”, cujo escopo principal, no que diz respeito ao usuário de drogas, consiste na prevenção, atenção e reinserção social (Gomes, 2007). A nova Lei de Drogas pode ser considerada como um grande avanço na perspectiva da compreensão de questões que tratam o uso de drogas e, de fato, um importante passo para um tratamento mais humano para aqueles que decidem fazer o uso de uma substância psicotrópica tida como ilegal. Ao contrário da cominação de pena de prisão, para o usuário de substâncias ilícitas, agora, são impostas penas alternativas, que vão desde uma advertência sobre os efeitos das drogas, até medidas sócio-educativas e prestação de serviços comunitários. Portanto, assim como ressalta Gomes (2007), a nova lei procura diminuir o número destes usuários, tratando-os como vítimas e não mais como criminosos.

Embora considerados “vítimas”, os usuários de drogas ilícitas podem ser submetidos a penalidades, tais como prestação de serviços à comunidade e medidas educativas (art. 28º).

A proposta do presente trabalho, no sentido de analisar a nova Lei de Drogas em suas possíveis concepções referentes aos usuários, levanta problemas interpretativos que envolvem principalmente o artigo 28º. Nele as penalidades são apresentadas de forma indiscriminada, direcionadas tanto para quem deveria ser focado algumas vezes como um dependente de drogas que carece de tratamento, como para quem, na maioria das vezes, deveria ser tratado como um simples cidadão que optou, dentro do seu livre arbítrio, por fazer uso momentâneo de uma substância psicoativa tida como ilegal, sem contudo trazer prejuízos a terceiros.

Por outro lado, tendo em vista os vários conceitos que envolvem o sistema jurídico e social, que permeiam também a construção do presente trabalho, no que se refere às reflexões sobre o tratamento dado aos usuários de drogas ilícitas, destaco o significado inerente à palavra *pena*, que é definida pelo dicionário Aurélio (1986) como significando castigo ou punição. Magalhães (1990) explica que “as leis expressam e regulam a moral em diferentes gradações”, logo, quem transgredir a lei, é considerado imoral. Em outras palavras, as penalidades são respostas repressivas para imoralidades específicas, com base em castigos determinados. Portanto, voltando às inquietações que envolvem a construção de minhas proposições, apesar da nova lei não criminalizar o consumo em si, por não puni-lo com pena de prisão, arrisco em dizer, por ora, que ela não exclui a idéia de ato imoral para aqueles que são surpreendidos com o porte de uma pequena quantidade de substância ilícita para consumo próprio, fato que logicamente irá comprometer o usuário judicialmente.

Acredito ser também importante fazer uma breve análise do possível sentido que, atualmente, a sociedade brasileira atribui ao contexto das drogas e especialmente ao usuário de substâncias ilícitas. Mesmo porque, como foi mostrado anteriormente, os fatos sociais e as consciências individuais se relacionam dinamicamente, acabando por produzir determinados

sentidos no mundo e, portanto, determinadas generalizações conceptuais sobre grupos sociais e, neste caso, sobre aqueles que decidem fazer o uso de substâncias psicoativas.

A autora Mary J. Spink (2000) explica que

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (p. 41).

Portanto, dar sentido ao mundo e às pessoas é algo inevitável em nossa sociedade e é base do desenvolvimento da Psicologia Social, sendo tomada como um fenômeno sociolinguístico, “uma vez que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais geradoras de sentido” (Spink, 2000, p. 42).

Sendo a produção de sentidos uma prática social que implica no uso da linguagem, a mídia, segundo a autora, assume um papel fundamental nesse contexto, seja porque “é persuasiva no mundo contemporâneo e, portanto, instrumental na conformação da consciência moderna, seja porque confere uma visibilidade sem precedentes aos acontecimentos” (Spink, 2000, p. 58).

Para dar essa possível visibilidade da forma como os usuários de drogas são concebidos pela sociedade, utilizei como base artigo que apresenta o resultado de um estudo feito com diversas reportagens sobre drogas, na tentativa de encontrar “que ideologias estão embutidas nas entrelinhas desses textos e que efeitos podem causar no leitor, tendo em vista o poder de persuasão da mídia” (Ribeiro, Pergher & Torossian, 1998).

Ribeiro e colaboradores (1998) lembram que a teoria das ideologias esclarece “que um sujeito é sempre perpassado por uma ideologia” de maneira inconsciente, o que faz com que as pessoas tenham uma falsa impressão de liberdade de pensamento. Considerando que a mídia ocupa um papel dominante na sociedade como uma poderosa influenciadora de

comportamentos, pode-se aferir uma possível percepção social das ideologias que envolvem o contexto das drogas no Brasil, por meio de alguns de seus discursos analisados: Bucher e Oliveira, (conforme citado por Ribeiro e cols., 1998) apontam que as visões encontradas em pesquisas realizadas tanto em textos políticos de prevenção ao uso de drogas, quanto nos publicados na mídia escrita têm um fundo repressor, moralista e autoritário, levando à conclusão de que, nestes enfoques, a questão das drogas não é tratada em si, “mas enquanto mito construído, usado para combater uma série de desvios de ordem social vigente”.

A pesquisa de Ribeiro, Pergher e Torossian (1998) apresenta os resultados de uma análise das marcas enunciativas presentes em textos sobre drogas da mídia, que levaram às seguintes conclusões: o leitor é visto em uma posição de fragilidade, sendo que sua capacidade de julgamento moral e seu espírito crítico são ignorados ao receberem uma informação deturpada e já definida como certa. “Desta forma, e através de recursos lingüísticos, os autores colocam-se como detentores do dever de informar” e, principalmente, de orientar o leitor, sendo que essa ideologia é transmitida e consumida por ele de forma inconsciente. Em resumo, as pesquisas analisadas apontam para uma ideologia de “combate às drogas”, retratada pela mídia de forma alarmista e terrorista, sendo absorvida pelos seus leitores e/ou telespectadores de maneira muito provavelmente análoga.

A produção de sentido por meio da análise do discurso é uma proposta metodológica, também muito utilizada por psicólogos sociais, que “buscam entender os fenômenos do cotidiano a partir de um olhar pautado pela dialogia dos processos sociais implícitas nas práticas discursivas que permeiam nosso dia-a-dia” (Spink, 2000, p. 16). Desta maneira, assim como as pesquisas realizadas em documentos publicados pela mídia e comentadas anteriormente puderam levantar conclusões sobre uma possível visão social a respeito de questões relativas às drogas no Brasil, pretendo, também por meio da metodologia de análise do discurso, investigar possíveis questões direcionadas ao usuário de drogas na nova Lei

11.343/06, e discutir sua relação com outras perspectivas, inclusive com aquelas que compõem os pressupostos da atual Política Nacional sobre Drogas.



## MÉTODO

A autora Mary J. Spink (2000), lembra que as idéias com as quais convivemos, as categorias que usamos para expressá-las e os conceitos que buscamos formalizar são provenientes de domínios diversos, de grupos mais próximos e da mídia em geral. Portanto, “é comum pensar que dar sentido é uma atividade que diz respeito apenas ao cotidiano interpretado como os afazeres assistemáticos do senso comum” (p. 63), sendo que práticas científicas, por serem consideradas uma maneira de agir orientada por determinados princípios, regras e metodologias previamente definidas, acabam por dividir o conhecimento e seus significados em duas esferas isoladas: o senso comum e a ciência.

Entretanto, a autora ressalta que a discussão epistemológica contemporânea vem contribuindo para desfazer essa dicotomização rígida: “tanto a ciência, como desempenhar as atividades rotineiras (ou não) de nosso cotidiano passam a ser ressignificados como formas de produzir sentidos sobre os eventos no mundo” (Spink, 2000, p. 64). Pesquisa científica, portanto, é concebida segundo a autora, como uma prática reflexiva, crítica e também social.

Minayo (2007) salienta que a produção de conhecimento é perpassada pela problematização de conceitos usualmente empregados e por uma teorização sobre a prática de pesquisa, entendendo-se que nem a teoria nem a prática são isentas de interesses, de preconceitos e de incursões subjetivas. Ora, se nem a ciência positivista com seus métodos característicos é tida como neutra, ou seja, que não se isenta de estar relacionada com os interesses subjetivos daqueles que a manipulam, quem dirá que outras formas de produzir sentidos menos conservadoras e mais flexíveis vão estar livres desta mesma influência. Portanto, assim como observa Minayo (2007), “qualquer investigador deve pôr em questão os pressupostos inerentes à sua qualidade de observador externo que importa para o objeto, os princípios de sua relação com a realidade, incluindo-se aí suas próprias relevâncias” (p. 22).

Sendo meu objeto de estudo um documento de domínio público, produzido por legisladores ditos capacitados para projetar normas sociais justas e coerentes, resta-me analisá-lo por meio de uma pesquisa qualitativa, cuja metodologia é capaz de “incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo que essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (Minayo, 2007, p. 22).

Para tanto, utilizei a metodologia de análise do discurso, que é concebida para trabalhar com a fala e seu contexto, ou seja, com os significantes e significados no corpo do texto, e, no caso da presente pesquisa com a nova Lei de Drogas, como uma proposta de investigar a linguagem do discurso político inerente a ela. Como salienta Pêcheux (conforme citado por Minayo, 2007),

O objetivo básico da análise de discurso é realizar uma reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos produzidos nos mesmos campos: das relações primárias, religioso, filosófico, jurídico e sócio-político, visando compreender o modo de funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção de seus sentidos (p. 319).

A fonte de informações de minha pesquisa é a Lei nº 11.343, de outubro do ano de 2006. As linhas pesquisadas englobam os conteúdos do art. 1º, título I ao art. 28º, título III. A Lei na íntegra é encontrada em anexo.

Como procedimento, os artigos pesquisados da Lei (do art. 1º ao 28º) foram lidos diversas vezes, e sublinhada a palavra usuário e dependente toda vez que encontrada no corpo do texto.

Posteriormente, utilizei o mapa de associação de idéias proposto por Spink (2000), com o objetivo de sistematizar o processo de análise, em busca de processos formais da construção lingüística, dos repertórios utilizados nessa construção e da dialogia implícita na

produção de sentido. Os mapas “constituem instrumentos de visualização que têm duplo objetivo: dar subsídios ao processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo” (Spink, 2000, p. 107).

Nesse sentido, utilizei como categorias formadoras do mapa: a) a visão da droga; b) os objetivos da nova Lei; c) a concepção de saúde; d) descrição do usuário e dependente e; e) sua relação com a justiça

- a) A visão da droga para esta lei nº 11.343, é proveniente da descrição do parágrafo único do art. 1º;
- b) Os objetivos da nova Lei foram analisados por meio dos objetivos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, que compõe o art. 5º da lei 11.343.
- c) As concepções sobre saúde foram buscadas em palavras como “qualidade de vida” e “relação com a comunidade”;
- d) As descrições da palavra usuário e da palavra dependente foram investigadas a partir dos sentidos de outras palavras que a acompanhavam no decorrer do texto;
- e) A relação com a justiça focou-se no título em que são descritas as penalidades para quem portar, para consumo pessoal, drogas ilegais;

No sentido de clarear melhor minhas interpretações, utilizei também como procedimento, mais um recurso nomeado pela autora (Spink, 2000) como árvore de associações.

Apesar desta metodologia de associação ser empregada, principalmente, em pesquisas que necessitam da compreensão de determinadas passagens provenientes de técnicas de entrevistas (Spink, 2000), optei por utilizar também esta mesma estratégia para representar o

fluxo de minhas interpretações advindas das passagens analisadas no corpo do texto da Lei de Drogas. A autora explica ainda que esta metodologia, por ser mais sintética, é uma importante estratégia de visualização da construção argumentativa, sendo um recurso usado para complementar os mapas de associações de idéias.

No caso específico de minha pesquisa, no que diz respeito aos usuários de drogas na nova lei, sistematizei as relações produzidas pelas interpretações advindas dos mapas associativos (método anteriormente utilizado), de forma a dar visibilidade aos resultados do processo de minhas análises. Desta maneira, iniciei a construção da árvore a partir do próprio texto da lei, referente à forma como o usuário é apresentado: 1 – usuário e dependente; 2 – usuário ou dependente, e, a partir daí, passei a apresentar os resultados de minhas interpretações, ou, como a própria autora define, os “repertórios interpretativos” (Spink, 2000, p. 230) diretamente relacionados ao objetivo da pesquisa, de forma a associar também os sentidos produzidos na análise da Lei 11.343/06 com as práticas jurídicas em relação ao usuário de drogas ilícitas.

Tanto a árvore das associações como as relações que estabeleci entre minhas interpretações e os fatos políticos, sociais e históricos expostos nos primeiros capítulos do presente trabalho, são apresentados a seguir, contemplando os resultados das informações analisadas.

## ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

A partir das idéias apresentadas por Minayo (2007) com relação aos pressupostos básicos da Teoria da Análise do Discurso, e que, para minha pesquisa, foi o instrumento metodológico orientado pelas descrições de Spink (2000), venho a propor, com as informações obtidas através de minhas interpretações e resultantes dos processos metodológicos de pesquisa qualitativa, algumas problematizações nos modos de fazer referência aos usuários de drogas na nova Lei 11.343/06. Não obstante, foi imprescindível também destacar os fatores indicativos de que a vigência da nova Lei é exemplar para uma mudança de paradigmas com relação aos tratamentos jurídico e social voltados à população em geral, que muitas vezes se encontra em situação de risco. Tanto a implementação de uma Política Pública sobre Drogas, como a preocupação com a questão da saúde neste contexto, de certa forma, são inéditos nas legislações brasileiras.

As categorias formadoras do mapa das associações, e que abaixo serão discutidas e relacionadas com as informações apresentadas nos capítulos anteriores, abrangem as reflexões acerca dos principais temas considerados na nova Lei de Drogas no âmbito da presente pesquisa. Os temas foram, portanto, nomeados da seguinte forma: *Definição de droga, Objetivos da nova Lei 11.343/06, Associações do uso de drogas com concepções de saúde, Descrição do usuário/dependente de drogas e Relação de usuário de droga ilícita com a Justiça.*

### Definição de droga

A nova Lei passa a adotar uma terminologia diversa da usada pelas leis 6.368/76 e 10.409/02, substituindo “substância entorpecente” por “droga”. Em relação ao conceito proposto no parágrafo único do primeiro artigo, drogas são “as substâncias ou produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas

atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União”. O 2º artigo, é um dos que delimitam as que são lícitas e as que são ilícitas:

Ficam proibidas, em todo território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre substâncias psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso (art.2º).

Sabendo disto, o termo *droga*, diferentemente de entorpecente, não traz em si o caráter de ilicitude, mas como substância que, assim como o álcool, o cigarro e diversos medicamentos psicotrópicos vendidos em farmácias, podem levar à dependência. É importante também salientar esses significados porque, em diversas ocasiões, são atribuídos conceitos diferentes para o álcool e para as outras substâncias psicotrópicas lícitas e ilícitas, como se não pertencessem à uma mesma categoria: o das drogas.

Já o termo *droga psicotrópica*, estabelecido pela Convenção de Viena referida no texto do 2º artigo, e já comentado na introdução do presente trabalho, aponta tanto para a capacidade de uma determinada substância (droga) ocasionar um estado de dependência, como também pelas alterações perceptivas, sensoriais e motoras que elas podem provocar.

Os textos compreendidos entre o 1º e o 28º artigo, que constituem o objeto do presente estudo, direcionam-se tanto para os usuários, como para os dependentes de drogas e, diferenciam os tipos de drogas tão-somente quanto às que têm autorização regulamentar para seu consumo (lícitas), e as não têm a referida autorização (ilícitas), sendo portanto atribuído o ato de ilegalidade à sua posse para consumo próprio.

Como base nestas informações relevantes à definição de droga e nos textos pesquisados na Lei 11.343/06, que definem como drogas as substâncias capazes de causar

dependência, o II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas no Brasil (2005) nos leva a concluir que, entre os participantes da pesquisa, em torno 74.6 % já fez uso de droga por já ter consumido álcool pelo menos uma vez na vida, enquanto que a prevalência de dependentes ficou em 12.3%. Por ser uma pesquisa realizada em 108 cidades espalhadas pelo Brasil, este dado pode levantar uma idéia da proporção de pessoas que poderiam ser enquadradas como usuárias de droga. O II Levantamento também mostra que, dentre os participantes, 22.8% já fizeram o uso de qualquer outra droga psicotrópica exceto álcool e cigarro. Desta forma pode-se concluir que uma grande parcela da população brasileira está envolvida diretamente com o contexto de uso, seja de drogas lícitas seja de ilícitas, e portanto relacionada aos artigos direcionados aos usuários e dependentes.

#### Objetivos da nova Lei 11.343/06

O objetivo primordial da implementação da nova Lei de drogas é instituir o novo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – o SISNAD, que “prescreve medidas para a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas” (art. 1º). Portanto, a nova lei ao instituir o SISNAD, define como medidas prioritárias a prevenção e a inclusão de usuários e dependentes na sociedade.

Dentre os princípios do SISNAD, encontrados no art. 4º da Lei de drogas, acredito ser de extrema relevância destacar “o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade” e a “integração das estratégias nacionais e internacionais de prevenção ao uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas”, dentre os vários outros incisos igualmente pertinentes. Optei por destacar os referidos incisos, por representarem discussões anteriormente levantadas, especialmente no que diz respeito ao direito fundamental de liberdade. Assim como o princípio da alteridade foi considerado violado por Souza, Fontenelle & Ramos (2006), com a imposição das penas previstas nas leis anteriores, cujo argumento recai na idéia

de que um ato, para ser considerado crime, deve interferir no bem-estar de outra pessoa, é louvável o reconhecimento na atual lei 11.343/06 de que cada pessoa deve ser respeitada quanto à sua autonomia. Outro ponto que vale ressaltar, diz respeito à integração de outras estratégias no contexto das drogas, especialmente as internacionais.

Conforme pôde ser verificado nos relatos durante o Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas (2004), as experiências internacionais indicam que os atos de repressão não produzem os efeitos desejados de diminuir o consumo e o tráfico de drogas ilícitas na população. Muito pelo contrário, acabam sendo uma estratégia contraproducente, por ser inviável financeiramente e, nos países que adotam esta postura, como por exemplo os Estados Unidos, existe ainda uma grande porcentagem de usuários: 45.4% dos norte-americanos já fizeram uso de drogas, com exceção do álcool e do tabaco (Galduróz, 2005). Países que possuem uma política mais flexível e que investem intensamente em políticas de prevenção, de tratamento e de redução de danos, conforme foi relatado durante o Seminário Internacional, possuem menores porcentagens de usuários e de dependentes de drogas em seus territórios.

O SISNAD, e portanto a Lei em vigor, “tem como finalidade articular, integrar, organizar e coordenar atividades com: I - a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas; II - repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas. O art. 5º define ainda que são objetivos “contribuir para a inclusão social do cidadão, visando torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados”; “promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país”; e “promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas”.



Dentre as atividades de prevenção do uso de drogas apontadas no art.19º da Lei 11.343/06, os textos correspondentes aos incisos I e II, me chamaram a atenção quanto a uma primeira problematização: I - “reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na relação com a comunidade a qual pertence” e; II – “a adoção de objetivos e de fundamentação científica como forma de orientar as ações dos serviços públicos comunitários e privados e de evitar preconceitos e estigmatização das pessoas e dos serviços que as atendem”. Como pode uma sociedade ser livre de preconceitos se a mesma deve reconhecer que o usuário de drogas tem sua relação interferida com a comunidade em que vive? Apesar desta contradição, os demais incisos que compõem o artigo reforçam a necessidade de se melhor educar quanto aos efeitos das drogas e quais investimentos devem ser realizados para “o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas” (inciso III), que são fatores fundamentais nos princípios e diretrizes que deveriam caracterizar as políticas de prevenção.

Mais adiante, o capítulo II da Lei de Drogas abrange as atividades relacionadas à atenção e reinserção social de usuários ou dependentes que, em resumo, se direcionam ao tratamento ideal e livre de preconceitos, como apresentado no artigo 22º, inciso I, visto com grande importância no contexto das drogas: “respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social”.

#### Associações do uso de drogas com concepções de saúde

As atividades que apontam concepções de saúde na nova Lei, estão muito relacionadas com aquelas que visem uma melhoria geral na qualidade de vida da população, caracterizando

uma política de prevenção do uso indevido de drogas que deveria ter certa prevalência sobre outros investimentos.

Entretanto, voltando ao art. 19º comentado anteriormente, a lei já determina que o uso de droga é um fator de interferência tanto na qualidade de vida, como na relação do usuário com o meio social em que vive, independente do padrão de consumo que o indivíduo usuário possa vir a ter, do tipo de droga de quê se trata e em que contexto ela é consumida.

Não obstante, vale ressaltar um importante ponto discutido já em diversos momentos nos capítulos anteriores do presente trabalho, com relação aos atendimentos voltados para a saúde do dependente e do usuário de drogas. A nova Lei, pela primeira vez na legislação brasileira, volta-se para a questão da saúde, tanto de usuários de drogas lícitas como de drogas ilícitas, objetivando sua reinserção social e de seus familiares, por meio de projetos de terapia individualizada e incentivos a instituições de atenção da sociedade civil voltados a esta área, sem fins lucrativos, que poderiam ser caracterizadas como atividades de redução de danos, que muito já produziram efeitos positivos em outras nações. Ou seja, assim como propôs Magalhães (1994) ao elucidar os problemas de se tratar de forma repressora as questões relacionadas às drogas, pode-se afirmar que, com a aprovação da nova Lei, houve uma conscientização por parte dos legisladores em tratar o uso e a dependência de drogas ilícitas como caso de saúde pública, diferentemente da política que anteriormente vigorava, em que os mesmos eram considerados criminosos.

Até então, a nova Lei revela, em geral, vários aspectos positivos na pretensão de se alcançar uma legislação equilibrada e que atenda melhor os problemas provenientes do contexto das drogas.

Na próxima categoria, que abrange os achados e as discussões referentes às descrições do usuário e dependentes de drogas no corpo do texto da nova Lei, é onde encontro algumas incoerências e alguns elementos que problematizam as questões relativas à concepção de

usuários e de dependente de drogas, levando em conta que o ideal seja desmistificar ideologias inerentes ao tema e estabelecer critérios claros que definam e que tratem de maneira diferenciada estes dois diferentes fenômenos.

#### O usuário e o dependente de drogas

No decorrer de todo o texto da Lei 11.343/06, os termos *usuário* e *dependente* foram apresentados unidos pelas conjunções coordenativas *e* e *ou*. Ou seja, todas as ações direcionadas para um, são também adotadas para o outro, seja com relação às políticas de implementação do SISNAD, seja nas penalidades (medidas alternativas) aplicadas quando há a ocorrência de porte de drogas ilícitas.

Como já foi comentado nos capítulos anteriores, um dos pressupostos básicos da Política Nacional sobre Drogas de 2005 (em anexo), é o reconhecimento das “diferenças entre usuário, a pessoa em uso indevido e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada”. No tocante à diferenciação entre usuário e traficante, a nova lei não pode ser considerada um passo inédito: como já comentado no primeiro capítulo, a Lei 6.368/76 atribuía penalidade de detenção (art. 16) para os usuários, e outra penalidade (ainda maior) para os traficantes de drogas ilícitas.

No texto da nova Lei, apesar de haver uma “descriminalização formal” (Gomes, 2007, p. 147), por não ser aplicada mais a penalidade de detenção pela posse de drogas ilícitas para consumo pessoal, ainda não pode ser claramente identificada alguma diferenciação pertinente entre o usuário e o dependente de droga, menos ainda quanto ao tratamento direcionado a ambos.

Acredito ser importante destacar este fato, porque, como já foi apresentado, o II Levantamento (2005) revela que a porcentagem de dependência de drogas lícitas e de algumas ilícitas é bem menor do que o uso esporádico das mesmas. E, como a dependência de drogas caracteriza-se por condutas compulsórias pela droga, em detrimento de fatores essenciais ao

bem-estar de si e dos que estão a sua volta, é patologia que precisa de tratamento especial. Já os usuários, devem ser considerados como pessoas imersas em diferentes contextos, como já foi exemplificado neste trabalho: um simples cidadão que optou, dentro do seu livre arbítrio, por fazer uso momentâneo de uma substância psicotrópica, tida como lícita ou ilícita, sem trazer prejuízos a outras pessoas.

Outras características encontradas na lei escrita, que dizem respeito tanto aos usuários como aos dependentes, revelam mais alguns sentidos implicados em suas concepções: são sujeitos que necessitam ser recuperados por serem excluídos da sociedade, carentes de atenção e tratamento e até mesmo desempregados. Levando em conta a definição de droga incorporada na nova Lei e os números divulgados no II Levantamento (2005) já destacados, até poderia ser considerado que uma pessoa que esteja sofrendo de uma dependência esteja em uma situação aversiva de exclusão social. Entretanto, um simples usuário de drogas muito provavelmente não estará nessa situação, caso contrário poderíamos admitir que em torno de 75% da população brasileira (conforme II Levantamento de 2005) se enquadrariam em uma situação de risco pelo fato de já ter consumido álcool ao menos uma vez na vida, sendo que o álcool é substância que pode vir a provocar uma dependência.

Um dos principais problemas que encontro com essas definições, seja nos sentidos propostos na Lei 11.343/06, seja em outros documentos de domínio público, mídia etc, refere-se à falta de diferenciação do estado de dependência com o simples uso de droga: enquanto não houver uma clara separação entre estas duas situações, a preocupação excessiva com a dependência em si pode fazer com que outros prováveis problemas inerentes ao uso e ao uso abusivo, passem despercebidos. E, quanto a considerar um usuário de drogas excluído da sociedade, carente de atenção e desempregado, além de ser em grande parte irreal, pelos argumentos anteriormente detalhados, pode acabar prejudicando planejamentos educativos mais condizentes com a realidade.

### Relação do usuário de drogas ilícitas com a justiça

A partir do capítulo III da nova Lei de Drogas, são previstas as penalidades para quem portar substância ilícita para consumo próprio:

Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, portar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. (art. 28)

O usuário e o dependente de substâncias ilícitas são encaminhados para os juizados criminais, não sendo de modo algum imposta a pena de prisão, mas impostas as medidas alternativas previstas no artigo 28º (Gomes, 2007). É, sem sombra de dúvida, uma medida muito mais coerente com uma perspectiva (ou pretensão) de recuperação de dependentes de drogas ilícitas do que a anteriormente imposta pelo art. 16º, que o penalizava com a privação de sua liberdade.

No entanto, a nova Lei ainda pode ser interpretada da seguinte forma: ao usuário de drogas ilícitas são impostas medidas alternativas, partindo do pressuposto de que este não esteja ciente dos efeitos e dos riscos a que está submetido ao consumir tais substâncias. Para tanto, a autoridade judicial é a pessoa competente em informar sobre os efeitos das drogas, avaliar a situação de risco em que se encontra o usuário e impor as medidas educativas ou a prestação de serviços à comunidade mais adequadas para cada caso.

O fato de não ser determinada a intervenção de profissionais de diferentes áreas para atuar em cada caso de aplicação das medidas do artigo 28º, pode levar a equívocos quanto ao julgamento por parte da autoridade judicial que, no seu poder discricionário de atuação, interpreta de maneira subjetiva o contexto relacionado à infração de posse de substância ilícita

para uso próprio, podendo levar a julgamentos de caráter moralista e não fundamentados em resultados científicos comprovados.

Lembrando das experiências internacionais, com diferentes políticas públicas sobre drogas adotadas em cada país participante do Seminário Internacional em Brasília, volto a destacar o relato de Kort (2004), representante da Holanda, ao afirmar que

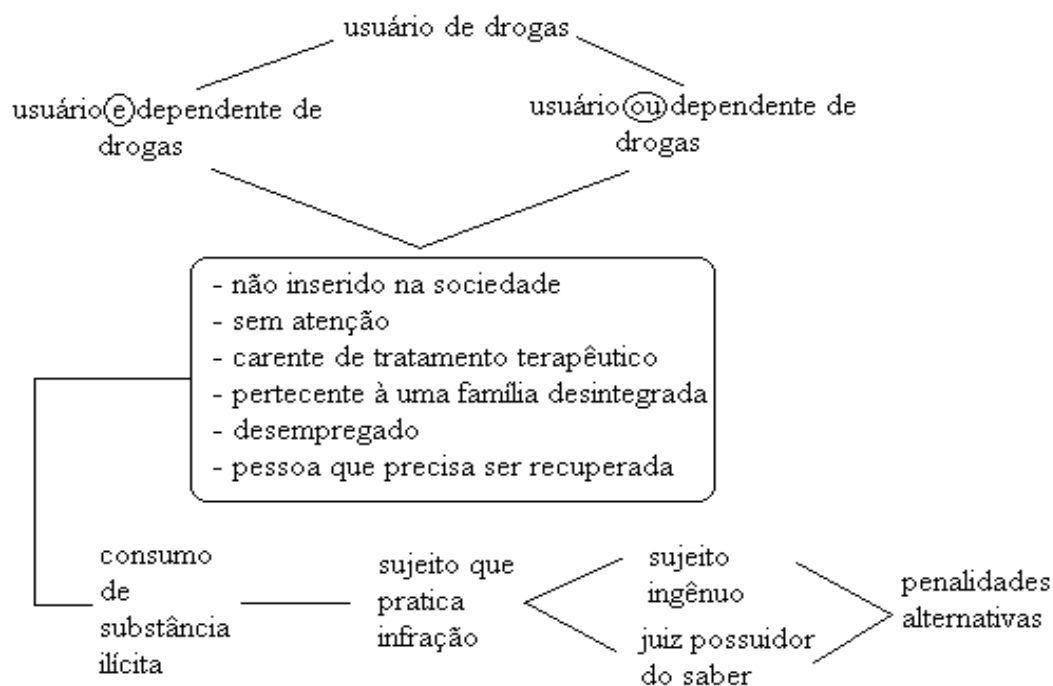
*os riscos à saúde causados pela maconha são muito menores e substanciais do que os riscos sociais que estão ligados a ação criminal contra os usuários de maconha. Em outras palavras, a instauração de um processo criminal contra um jovem usuário de maconha causa muito mais danos do que a própria maconha que ele fuma.*

Outro ponto ressaltado em sua fala, foi no sentido de que há importantes diferenças entre os tipos de drogas consideradas ilícitas, já comentadas no capítulo inicial deste trabalho, com base principalmente nos danos que elas causam: de um lado a maconha, e de outro as drogas que trazem riscos bem maiores, como, por exemplo, o crack, levando à conclusão de que estas diferenças também deveriam ser refletidas na legislação e nas políticas de drogas.

Na nova Lei 11.343/06, apesar de não mais ser nomeado como processo criminal as medidas impostas aos usuários de drogas ilícitas, os mesmos serão submetidos obrigatoriamente a penalidades alternativas de cunho educativo previstas em Lei, permanecendo ainda oculta as questões relacionadas ao tipo de droga usada e o padrão de seu consumo.

Para melhor visualizar o percurso das problematizações encontradas por meio das análises interpretativas, tanto nos aspectos relacionados aos usuários de drogas lícitas como ilícitas, e para complementar os resultados dos mapeamentos das categorias a que me propus a discutir sobre a referida Lei, construí a árvore das associações apresentada pela autora Spink (2000), que muito contribuiu para sintetizar minhas argumentações:

Fig. 1. Árvore de associações: produção do sentido de usuário de drogas lícitas/ilícitas na Lei 11.343/06



A partir do momento em que, na minha pesquisa, durante as várias leituras do texto que compõe a Lei 11.343/06, foram encontradas as problematizações discutidas com relação aos sentidos empregados aos usuários de drogas e aos dependentes, relacionei-os de forma interpretativa, sempre tendo como principal foco os contextos envolvidos no uso de drogas, e não na dependência. E, como já foi demonstrado anteriormente, não houve uma clara diferenciação entre ambos, sendo empregadas as mesmas medidas, tanto sociais quanto jurídicas para ambos. E, com relação aos usuários e dependentes de drogas ilícitas, foi construído mais um braço na árvore para evidenciar as associações que caracterizo como simplórias e unilaterais por não serem previstos trabalhos entre diferentes áreas profissionais anteriores às aplicações das medidas alternativas, mas somente a avaliação de autoridade judicial, no sentido de se determinar as circunstâncias pertinentes envolvidas em cada situação singular de apreensão.

Os aspectos históricos relacionados ao consumo de drogas, que se relacionam também com os preconceitos característicos de cada época, como por exemplo, da idéia de pureza racial ameaçada pelas drogas originárias de populações abastardas (índios, negros, etc), também já comentados, pode ser um dos fatores que influenciaram a atuais ideologias que envolvem principalmente as drogas ilícitas, como por exemplo a maconha Talvez esta também seja uma das razões do álcool não ser considerado droga ilícita que, apesar de ter grande potencial de dependência e de causar alterações físicas e psicológicas, é consumido pela sociedade “civilizada” há séculos de forma habitual. Carlini (2004) sugere que o álcool não só é aceito, como seu uso também é incentivado pela sociedade, principalmente em datas comemorativas e tradicionais, como o Natal, *reveillon*, carnaval etc. Já a maconha, droga ilícita que atualmente pode ser considerada como um elemento estigmatizado pela sociedade, era usada principalmente nas comunidades negras, e passou a ser concebida como planta que “escravizaria” os brancos, como se fosse uma vingança inconsciente que deveria ser incessantemente combatida (Carlini, 2004).

Levantar essas percepções e refletir sobre elas, pode ser configurado como campo de estudo dos teóricos das Representações Sociais na Psicologia que, muitas vezes, enfocam pesquisas relacionadas ao estabelecimento dos conflitos sociais a partir das diferentes formas de pensar, de agir, de pertencimento a grupos com relação aos diferentes níveis socioeconômicos, às diferentes raças, etc, e que, assim como sugere Moscovici (2003), por meio de elementos sustentados pela comunicação, acabam produzindo a negação de direitos humanos universais a grupos específicos dentro de uma mesma sociedade, como por exemplo, o grupo dos usuários e dos dependentes de drogas.

Relacionando a análise de Ribeiro e colaboradores (1998) sobre a influência da mídia na formação de opiniões sobre o fenômeno das drogas com a presente análise da Lei 11.343/06, as concepções de usuários de drogas ainda podem ser consideradas conflituosas.



Assim como a pesquisa de Ribeiro (1998) levou à conclusão de que os leitores dos materiais pesquisados são vistos em uma posição de fragilidade frente às questões relacionadas às drogas, os usuários e dependentes de droga são tratados pela Lei 11343/06 como sujeitos ingênuos (ou vítimas) ao optarem por fazer o uso de uma substância ilícita. E mais: tanto os usuários de drogas ilícitas como lícitas são tidos como pessoas excluídas da sociedade, carentes de tratamento, educação etc.

A essa forma como o usuário e o dependente de drogas são representados na nova Lei, por meio das análises interpretativas relatadas, ainda podem ser encontrados elementos que apontem para sentidos estereotipados a este específico grupo social. Como a Lei é resultado de um trabalho que traz em seu discurso o atendimento ao bem coletivo e, no caso brasileiro isso se ampara nos documentos que positivam os chamados direitos humanos fundamentais, é necessário um trabalho minucioso ao projetá-la para que não haja interpretações que reforcem os preconceitos que muito já influenciam os processos sociais, seja na forma de pensar, seja na forma de agir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já relatado na introdução do presente estudo, realizei trabalhos de estágio durante 02 (dois) anos na Secretaria Nacional Antidrogas. Durante este mesmo período, a atual Lei de Drogas foi elaborada e sancionada, fato muito comemorado na época por toda a equipe de trabalho. Entre as funções que me eram atribuídas, a que mais me exigia um amplo entendimento do contexto atual das drogas e da devida abordagem a ser estabelecida como base nos planejamentos políticos e sociais voltados a esta área, compreendia as avaliações feitas nos projetos enviados à Coordenação de Prevenção, para posterior emissão de parecer, que eram assinados pela então Diretora de Políticas de Prevenção e Tratamento. Os critérios adotados para avaliar positivamente ou negativamente cada projeto eram (e devem ser até hoje) baseados nas diretrizes e nos pressupostos da Política Nacional sobre Drogas, realinhada em 2005.

Na rotina das referidas avaliações, foi possível constatar o grande avanço proporcionado com a aprovação da nova Lei de Drogas 11.343/06, especialmente no sentido de ser finalmente oficializada uma nova proposta de percepção e de tratamento dos problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas. Não obstante, com um olhar sempre focado nas diretrizes propostas pela PNAD, logo encontrei alguns elementos compreendidos na Lei que não estavam em consonância com os pressupostos previamente determinados, tanto no sentido de se evitar elementos/termos estereotipados, quanto no direcionamento de estratégias fortuitas, nem sempre condizentes com a provável realidade de uso de drogas no Brasil.

Com a intenção de estudar melhor este fenômeno, propus com esta pesquisa levantar os aspectos que poderiam ser considerados como elementos problematizadores, sem pretender questionar as várias propostas pertinentes a esse contexto, que são devidamente encontradas

no texto da Lei. Tanto os objetivos relacionados à implementação da nova Lei, quanto os aspectos sociais envolvidos no novo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas são louváveis em uma perspectiva de mudança de paradigmas que acompanham o dinamismo das relações sociais e dos sentidos produzidos sobre a questão das drogas.

As estratégias internacionais e a política européia de redução e danos constituem ótimas referências enquanto caminhos a serem seguidos pelo Brasil no planejamento de suas ações, como já evidenciado com a aprovação de uma Lei que prioriza o tratamento do uso de drogas como uma questão de saúde pública, e não mais como um caso de polícia, como foi enfocado nos discursos feitos pelos representantes envolvidos no Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas em Brasília, no ano de 2004.

Os problemas que envolvem o contexto de uso de substâncias psicotrópicas, de uma forma geral, começaram com as interpretações dos sentidos implícitos que há tempos permeiam a sociedade em relação a este comportamento, que muitas vezes estão relacionados à outras idéias preconceituosas que envolvem origem, raça, ou mesmo o poder aquisitivo de certos grupos dentro da sociedade. Tanto a mídia, como conversas comuns entre pessoas no cotidiano, expressam, a todo tempo, ideologias construídas historicamente por meio das interações sociais. Deste modo, a psicologia social, através de métodos oriundos da pesquisa qualitativa, procura focalizar, *a priori*, o sentido dos sentidos dados aos comportamentos nestas interações, buscando estudar o porquê destes comportamentos se tornarem uma realidade comum, que nada mais é que uma realidade ideológica.

Neste mesmo sentido, procurei me basear nas teorias da psicologia social e na metodologia de pesquisa qualitativa, comentadas principalmente no segundo capítulo, de modo a proporcionar maior visibilidade ao fenômeno do uso de drogas e às pretensões esperadas com a vigência da nova Lei. Para isso, foram levantados no decorrer dos capítulos teóricos alguns fatos sociais e históricos pertinentes à questão das drogas, como também

informações relacionadas às políticas anteriormente adotadas no Brasil, colocando sempre em destaque a produção dos sentidos pejorativos direcionados aos atores sociais inerentes à essa temática: o usuário e o dependente de drogas. Neste mesmo contexto, em artigos correspondentes à nova Lei de Drogas (11.343/06), foram encontrados, por meio de análise discursiva e interpretativa, significados que ainda poderiam ser vistos como indicativos de estereotipias de cunho discriminatório em seus regimentos, levando o usuário à imagem de uma pessoa carente, desempregada, sem família, ou seja, pessoa caída na sarjeta. E, como consequência, foi levantada a possibilidade deste fato ser um dos vários elementos que ainda poderiam influenciar negativamente planejamentos de estratégias de controle do uso de drogas, principalmente se tratando de medidas preventivas e de redução de danos.

Para concluir, vejo também como necessária a incorporação de profissionais de saúde e de assistência social nos procedimentos que antecedem a aplicação do art. 28º. Até então, tais procedimentos, conforme previstos pela Lei são de competência exclusiva de autoridade judicial, enquanto que os serviços médicos, assistenciais e psicológicos são efetivados somente como ações educativas e de tratamento *a posteriori*, e não como medidas de caráter diagnósticas, de forma a estabelecer a tão necessária distinção entre usuários, usuários abusivos e dependentes de drogas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albertani, B. M. H. (2006). Diferentes Relações com as Drogas: Abordagem com o Adolescente. em Sudbrack, O. F. M., Conceição, G. I. M. & Costa, F. L. (orgs.), *Curso de formação em Prevenção do Uso Indevido de drogas para Educadores de Escolas Públicas* (pp. 62-67). Brasília, DF: Secretaria Nacional Antidrogas

*Análise Conjuntural dos Crimes da Lei de Drogas*, disponível em < cdsat.damasio.com.br/templates/csat/pdf/doc003.pdf >/ Acesso em: 02 mai. 2008

Boncoraio, V. (2004). *Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas*, (pp. 43-48). Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas.

Carlini, E. A, Nappo, A. S., Noto, R. A., Galduróz, F. J., Moura, G. Y., e colaboradores (2004). *Livreto Informativo sobre Drogas Psicotrópicas* São Paulo: Lastro.

Carneiro, S. H. (2006): *Entre o Delírio e o Perigo*. Revista Nossa História, 6, 13-31.

Crook, T. (2004). *Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas*, (pp. 35-39). Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas.

Cyr, H. (2004). *Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas*, (pp. 19-24). Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas.

Galduróz, F. J. (Org.) (2005). *II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: envolvendo as 108 maiores cidades do país*. Brasília, DF: Secretaria Nacional Antidrogas.

Gomes F. L. (org), Bianchini, A., Cunha, S. R. & Oliveira T. W. (2007). *Lei de Drogas Comentada* (2ª rev.) São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Hospital Israelita Albert Einstein - Programa Álcool e Drogas (PAD). Disponível em <www.einstein.br/alcooledrogas>/ Acesso em: 02 mai. 2008.

Kort, M. (2004). *Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas*, (pp. 27-32). Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas.

Lee, C. (2004). *Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas*, (pp. 69-76). Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas

Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República

Magalhães, F. R., (1994). *Crítica da Razão Ébria* (1ª ed.). São Paulo, SP: Annablume.

Minayo, S. M., Deslandes F. S & Gomes. R. (2007). *Pesquisa Social* (25ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes

Minayo, S. M. (2007). *O Desafio do Conhecimento* (10ª ed.). São Paulo, SP: Hucitec

Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes

Negrão, F. (2004). *Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas*, (pp. 51-56). Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas

Ogus, G. C. (2004). *Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas*, (pp. 59-65). Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas

Oliveira, S. M., Conceição, G. M., Araújo, M. C., Nicastrí, S., Albertani, B. H., Nappo, S. et al. (2006). Volume I: O Adolescente e as Drogas no Contexto da Escola. *Curso de Formação em Prevenção do Uso de drogas para Educadores de Escolas Públicas*, p. 48.

*Política Nacional sobre Drogas*, (2005). Brasília, DF: Secretaria Nacional Antidrogas

Quaglia, G., Duarte, C., Waisman, T., & Milharcic, S. (Orgs). (2002). *Tratamento das Dependências Químicas*. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas

Ribeiro, W. T., Pergher, K. N., Torossian, D. S. (1998). *Drogas e Adolescência: Uma Análise da Ideologia Presente na Mídia Escrita Destinada ao Grande Público*. Recuperado em 25 mar. 2008 da SCIELO (Scientific Electronic Library On line): [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

Silva. M. G. (1986). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. (2ª ver. rev.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

Souza, Fontenelle & Ramos. (2006). *Uma Análise da Lei N° 6.368/76 e sua Eficácia na Inibição do uso Indevido e no Tráfico de Entorpecentes*. Disponível em <[http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo\\_3479.html](http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_3479.html)> Acesso em: 19 mar. 2008.

Spink, M. J. (2000), *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. (2ª Ed.) São Paulo, SP: Cortez

Uchoa, M. Y. R. P. (Org).(2004). *Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas*, (pp. 11-16). Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas.

## APÊNDICE

## RESULTADOS

Art. 1 – atenção e reinserção de usuários **e de** dependentes de drogas

Art. 3 – reinserção de usuários **e de** dependentes de drogas

Art. 16 – usuários **ou** dependentes

Art 21 – reinserção do usuário **ou do** dependente

Art. 22, inc. II – reinserção social do usuário **e do** dependente

Art. 28 – recuperação de usuários **e de** dependentes

“Conjunção é a palavra variável usada para ligar orações ou termos semelhantes.” (Nicola & Infante, 1997, p. 232)

As conjunções que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical têm o nome de coordenativas:

- 1) **e** – aditiva: serve para ligar simplesmente dois termos de idêntica função (Cunha & Cintra, 2001);
- 2) **ou** – alternativa: que liga dois termos ou orações de sentido distinto (Cunha & Cintra, 2001);

“Certas conjunções coordenativas podem, no discurso, assumir variados matizes significativos de acordo com a relação que estabelecem entre os membros (palavras e orações) coordenados” (Cunha & Cintra, 2001, p. 582).

**ou.** 1. Designa alternativa ou exclusão. 2. Indica dúvida, incerteza ou hesitação. (Aurélio, 1986)

**e.** 1. Conj. Aditiva: une orações ou palavras. (Aurélio, 1986)

Palavras relacionadas com os termos usuários e dependentes:

Atenção, reinserção social, atendimento, inclusão, respeito, reinserção no mercado de trabalho e recuperação.



Descrição do usuário/dependente de drogas	
Terminologias apresentadas na Lei 11.343	Interpretações
Usuário e dependente de drogas; Usuário ou dependente de drogas; Reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares; Atenção a usuário e ao dependente; Incluindo usuários e dependente; Respeito ao usuário e ao dependente; Reinserção no mercado de trabalho do usuário e do dependente; Recuperação de usuários e dependentes.	Ora sujeito usuário, ora sujeito dependente, indicando hesitação quanto a sua definição; Sujeito não inserido na sociedade; Sujeito carente de atenção; Sujeito pertencente a uma família desintegrada; Sujeito que deve ser respeitado; Sujeito desempregado; Sujeito que necessita ser recuperada.

Relação do usuário de drogas com a justiça	
Textos apresentados na Lei 11.343	Interpretações
Art. 28 – Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, portar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I advertência sobre os efeitos das drogas; II prestação de serviços à comunidade; III medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo; Parágrafo 6º I admoestação verbal II multa	Penalidade - medida punitiva para quem transgredir ordem vigente Usuário = agente ingênuo ou não possuidora dos conhecimentos a respeito dos efeitos das drogas; Justiça/juiz = entidade possuidora do conhecimento, que pode transmitir informações a respeito dos efeitos das drogas por meio de advertências, podendo também aplicar medidas de caráter punitivo como prestações de serviços à comunidade e participação obrigatória em programas educativos.

Associações do uso de drogas com concepções de saúde	
Textos apresentados na Lei 11.343	Interpretações
<p>Art. 19, inc. I o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence;</p> <p>Art. 20 constituem atividades de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta lei, aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas;</p> <p>Art. 22 inc. III definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde;</p>	<p>O uso de drogas é um fator de interferência na qualidade de vida;</p> <p>O uso de drogas é um fator que interfere a relação do usuário com sua comunidade;</p> <p>O usuário de drogas está exposto a riscos e à danos associados a este consumo.</p>

Definição de droga	
Textos apresentados na Lei 11.343	Interpretação
<p>Art. 1, parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.</p> <p>Art. 2 Ficam proibidas, em todo território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou</p>	<p>Drogas: produtos capazes de causar dependência</p> <p>Drogas ilícitas: aquelas que são produzidas, armazenadas, e transportadas para diversos fins, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal.</p>

regulamentar...	
Art. 28 ... drogas sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar...	

Objetivos da nova Lei 11.343	
Textos apresentados na Lei 11.343	Interpretação
<p>Art. 1 Esta Lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.</p> <p>Art. 3 O Sisnad tem finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades com:</p> <p>I a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas</p> <p>II repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.</p>	<p>A nova lei, ao instituir o Sisnad, define como medidas prioritárias aquelas direcionadas a prevenção e a inclusão dos usuários e dos dependentes de drogas na sociedade.</p> <p>Políticas de prevenção: direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco social e para o fortalecimento dos fatores de proteção;</p> <p>Políticas de atenção e de reinserção de usuários e dependentes: aquelas que visem à melhoria de vida e a redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas.</p>

## ANEXOS

**LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso.

Parágrafo único. Pode a União autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no caput deste artigo, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização, respeitadas as ressalvas supramencionadas.

**TÍTULO II**

**DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS**

Art. 3º O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:

I - a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

II - a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

**CAPÍTULO I**

**DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS**

**DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS**

Art. 4º São princípios do Sisnad:

I - o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;

II - o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;

III - a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados;

IV - a promoção de consensos nacionais, de ampla participação social, para o estabelecimento dos fundamentos e estratégias do Sisnad;

V - a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, reconhecendo a importância da participação social nas atividades do Sisnad;

VI - o reconhecimento da intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e o seu tráfico ilícito;

VII - a integração das estratégias nacionais e internacionais de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito;

VIII - a articulação com os órgãos do Ministério Público e dos Poderes Legislativo e Judiciário visando à cooperação mútua nas atividades do Sisnad;

IX - a adoção de abordagem multidisciplinar que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas;

X - a observância do equilíbrio entre as atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito, visando a garantir a estabilidade e o bem-estar social;

XI - a observância às orientações e normas emanadas do Conselho Nacional Antidrogas - Conad.

Art. 5º O Sisnad tem os seguintes objetivos:

I - contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados;

II - promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país;

III - promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao tráfico ilícito e as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios;

IV - assegurar as condições para a coordenação, a integração e a articulação das atividades de que trata o art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO

DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Art. 6º [\(VETADO\)](#)

Art. 7º A organização do Sisnad assegura a orientação central e a execução descentralizada das atividades realizadas em seu âmbito, nas esferas federal, distrital, estadual e municipal e se constitui matéria definida no regulamento desta Lei.

Art. 8º [\(VETADO\)](#)

CAPÍTULO III

[\(VETADO\)](#)

Art. 9º [\(VETADO\)](#)

Art. 10. [\(VETADO\)](#)

Art. 11. [\(VETADO\)](#)

Art. 12. [\(VETADO\)](#)

Art. 13. [\(VETADO\)](#)

Art. 14. [\(VETADO\)](#)

CAPÍTULO IV

DA COLETA, ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

SOBRE DROGAS

Art. 15. [\(VETADO\)](#)

Art. 16. As instituições com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social que atendam usuários ou dependentes de drogas devem comunicar ao órgão competente do respectivo sistema municipal de saúde os casos atendidos e os óbitos ocorridos, preservando a identidade das pessoas, conforme orientações emanadas da União.

Art. 17. Os dados estatísticos nacionais de repressão ao tráfico ilícito de drogas integrarão sistema de informações do Poder Executivo.

TÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E

## REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS

### CAPÍTULO I

#### DA PREVENÇÃO

Art. 18. Constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.

Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I - o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence;

II - a adoção de conceitos objetivos e de fundamentação científica como forma de orientar as ações dos serviços públicos comunitários e privados e de evitar preconceitos e estigmatização das pessoas e dos serviços que as atendam;

III - o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas;

IV - o compartilhamento de responsabilidades e a colaboração mútua com as instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais, incluindo usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares, por meio do estabelecimento de parcerias;

V - a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, bem como das diferentes drogas utilizadas;

VI - o reconhecimento do “não-uso”, do “retardamento do uso” e da redução de riscos como resultados desejáveis das atividades de natureza preventiva, quando da definição dos objetivos a serem alcançados;

VII - o tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas;

VIII - a articulação entre os serviços e organizações que atuam em atividades de prevenção do uso indevido de drogas e a rede de atenção a usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares;

IX - o investimento em alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais, entre outras, como forma de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida;

X - o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;

XI - a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas;



XII - a observância das orientações e normas emanadas do Conad;

XIII - o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.

Parágrafo único. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à criança e ao adolescente deverão estar em consonância com as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda.

## CAPÍTULO II

### DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO E DE REINserÇÃO SOCIAL

#### DE USUÁRIOS OU DEPENDENTES DE DROGAS

Art. 20. Constituem atividades de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas.

Art. 21. Constituem atividades de reinserção social do usuário ou do dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para sua integração ou reintegração em redes sociais.

Art. 22. As atividades de atenção e as de reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I - respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social;

II - a adoção de estratégias diferenciadas de atenção e reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares que considerem as suas peculiaridades socioculturais;

III - definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde;

IV - atenção ao usuário ou dependente de drogas e aos respectivos familiares, sempre que possível, de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais;

V - observância das orientações e normas emanadas do Conad;

VI - o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.

Art. 23. As redes dos serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios desenvolverão programas de atenção ao usuário e ao dependente de drogas, respeitadas as diretrizes do Ministério da Saúde e os princípios explicitados no art. 22 desta Lei, obrigatória a previsão orçamentária adequada.

Art. 24. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão conceder benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho, do usuário e do dependente de drogas encaminhados por órgão oficial.

Art. 25. As instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social, que atendam usuários ou dependentes de drogas poderão receber recursos do Funad, condicionados à sua disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 26. O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, têm garantidos os serviços de atenção à sua saúde, definidos pelo respectivo sistema penitenciário.

### CAPÍTULO III

#### DOS CRIMES E DAS PENAS

Art. 27. As penas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo, ouvidos o Ministério Público e o defensor.

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a:

I - admoestação verbal;

II - multa.

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.

Art. 29. Na imposição da medida educativa a que se refere o inciso II do § 6º do art. 28, o juiz, atendendo à reprovabilidade da conduta, fixará o número de dias-multa, em quantidade nunca inferior a 40 (quarenta) nem superior a 100 (cem), atribuindo depois a cada um, segundo a capacidade econômica do agente, o valor de um trinta avos até 3 (três) vezes o valor do maior salário mínimo.

Parágrafo único. Os valores decorrentes da imposição da multa a que se refere o § 6º do art. 28 serão creditados à conta do Fundo Nacional Antidrogas.

Art. 30. Prescrevem em 2 (dois) anos a imposição e a execução das penas, observado, no tocante à interrupção do prazo, o disposto nos arts. 107 e seguintes do Código Penal.

## TÍTULO IV

### DA REPRESSÃO À PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA

### E AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. É indispensável a licença prévia da autoridade competente para produzir, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, drogas ou matéria-prima destinada à sua preparação, observadas as demais exigências legais.

Art. 32. As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelas autoridades de polícia judiciária, que recolherão quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.

§ 1º A destruição de drogas far-se-á por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, guardando-se as amostras necessárias à preservação da prova.

§ 2º A incineração prevista no § 1º deste artigo será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público, e executada pela autoridade de polícia judiciária competente, na

presença de representante do Ministério Público e da autoridade sanitária competente, mediante auto circunstanciado e após a perícia realizada no local da incineração.

§ 3º Em caso de ser utilizada a queimada para destruir a plantação, observar-se-á, além das cautelas necessárias à proteção ao meio ambiente, o disposto no Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no que couber, dispensada a autorização prévia do órgão próprio do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.

§ 4º As glebas cultivadas com plantações ilícitas serão expropriadas, conforme o disposto no [art. 243 da Constituição Federal](#), de acordo com a legislação em vigor.

## CAPÍTULO II

### DOS CRIMES

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas do caput deste artigo incorre quem se associa para a prática reiterada do crime definido no art. 36 desta Lei.

Art. 36. Financiar ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 20 (vinte) anos, e pagamento de 1.500 (mil e quinhentos) a 4.000 (quatro mil) dias-multa.

Art. 37. Colaborar, como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e pagamento de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) dias-multa.

Art. 38. Prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. O juiz comunicará a condenação ao Conselho Federal da categoria profissional a que pertença o agente.

Art. 39. Conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, além da apreensão do veículo, cassação da habilitação respectiva ou proibição de obtê-la, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade aplicada, e pagamento de 200 (duzentos) a 400 (quatrocentos) dias-multa.

Parágrafo único. As penas de prisão e multa, aplicadas cumulativamente com as demais, serão de 4 (quatro) a 6 (seis) anos e de 400 (quatrocentos) a 600 (seiscentos) dias-multa, se o veículo referido no caput deste artigo for de transporte coletivo de passageiros.

Art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se:

I - a natureza, a procedência da substância ou do produto apreendido e as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade do delito;

II - o agente praticar o crime prevalecendo-se de função pública ou no desempenho de missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância;

III - a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais ou em transportes públicos;

IV - o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva;

V - caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal;

VI - sua prática envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação;

VII - o agente financiar ou custear a prática do crime.

Art. 41. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.

Art. 42. O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.

Art. 43. Na fixação da multa a que se referem os arts. 33 a 39 desta Lei, o juiz, atendendo ao que dispõe o art. 42 desta Lei, determinará o número de dias-multa, atribuindo a cada um, segundo as condições econômicas dos acusados, valor não inferior a um trinta avos nem superior a 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo.

Parágrafo único. As multas, que em caso de concurso de crimes serão impostas sempre cumulativamente, podem ser aumentadas até o décuplo se, em virtude da situação econômica do acusado, considerá-las o juiz ineficazes, ainda que aplicadas no máximo.

Art. 44. Os crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos.

Parágrafo único. Nos crimes previstos no caput deste artigo, dar-se-á o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena, vedada sua concessão ao reincidente específico.

Art. 45. É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Parágrafo único. Quando absolver o agente, reconhecendo, por força pericial, que este apresentava, à época do fato previsto neste artigo, as condições referidas no caput deste artigo, poderá determinar o juiz, na sentença, o seu encaminhamento para tratamento médico adequado.

Art. 46. As penas podem ser reduzidas de um terço a dois terços se, por força das circunstâncias previstas no art. 45 desta Lei, o agente não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Art. 47. Na sentença condenatória, o juiz, com base em avaliação que ateste a necessidade de encaminhamento do agente para tratamento, realizada por profissional de saúde com competência específica na forma da lei, determinará que a tal se proceda, observado o disposto no art. 26 desta Lei.

### CAPÍTULO III

#### DO PROCEDIMENTO PENAL

Art. 48. O procedimento relativo aos processos por crimes definidos neste Título rege-se pelo disposto neste Capítulo, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal.

§ 1º O agente de qualquer das condutas previstas no art. 28 desta Lei, salvo se houver concurso com os crimes previstos nos arts. 33 a 37 desta Lei, será processado e julgado na forma dos [arts. 60 e seguintes da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995](#), que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais.

§ 2º Tratando-se da conduta prevista no art. 28 desta Lei, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.

§ 3º Se ausente a autoridade judicial, as providências previstas no § 2º deste artigo serão tomadas de imediato pela autoridade policial, no local em que se encontrar, vedada a detenção do agente.

§ 4º Concluídos os procedimentos de que trata o § 2º deste artigo, o agente será submetido a exame de corpo de delito, se o requerer ou se a autoridade de polícia judiciária entender conveniente, e em seguida liberado.

§ 5º Para os fins do disposto no [art. 76 da Lei nº 9.099, de 1995](#), que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena prevista no art. 28 desta Lei, a ser especificada na proposta.

Art. 49. Tratando-se de condutas tipificadas nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei, o juiz, sempre que as circunstâncias o recomendem, empregará os instrumentos protetivos de colaboradores e testemunhas previstos na [Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999](#).

## Seção I

### Da Investigação

Art. 50. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.

§ 2º O perito que subscrever o laudo a que se refere o § 1º deste artigo não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

Art. 51. O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo podem ser duplicados pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.

Art. 52. Findos os prazos a que se refere o art. 51 desta Lei, a autoridade de polícia judiciária, remetendo os autos do inquérito ao juízo:

I - relatará sumariamente as circunstâncias do fato, justificando as razões que a levaram à classificação do delito, indicando a quantidade e natureza da substância ou do produto apreendido, o local e as condições em que se desenvolveu a ação criminosa, as circunstâncias da prisão, a conduta, a qualificação e os antecedentes do agente; ou

II - requererá sua devolução para a realização de diligências necessárias.

Parágrafo único. A remessa dos autos far-se-á sem prejuízo de diligências complementares:



I - necessárias ou úteis à plena elucidação do fato, cujo resultado deverá ser encaminhado ao juízo competente até 3 (três) dias antes da audiência de instrução e julgamento;

II - necessárias ou úteis à indicação dos bens, direitos e valores de que seja titular o agente, ou que figurem em seu nome, cujo resultado deverá ser encaminhado ao juízo competente até 3 (três) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

Art. 53. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta Lei, são permitidos, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, os seguintes procedimentos investigatórios:

I - a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes;

II - a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, a autorização será concedida desde que sejam conhecidos o itinerário provável e a identificação dos agentes do delito ou de colaboradores.

## Seção II

### Da Instrução Criminal

Art. 54. Recebidos em juízo os autos do inquérito policial, de Comissão Parlamentar de Inquérito ou peças de informação, dar-se-á vista ao Ministério Público para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar uma das seguintes providências:

I - requerer o arquivamento;

II - requisitar as diligências que entender necessárias;

III - oferecer denúncia, arrolar até 5 (cinco) testemunhas e requerer as demais provas que entender pertinentes.

Art. 55. Oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, o acusado poderá argüir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, até o número de 5 (cinco), arrolar testemunhas.

§ 2º As exceções serão processadas em apartado, nos termos dos [arts. 95 a 113 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal](#).

§ 3º Se a resposta não for apresentada no prazo, o juiz nomeará defensor para oferecê-la em 10 (dez) dias, concedendo-lhe vista dos autos no ato de nomeação.

§ 4º Apresentada a defesa, o juiz decidirá em 5 (cinco) dias.

§ 5º Se entender imprescindível, o juiz, no prazo máximo de 10 (dez) dias, determinará a apresentação do preso, realização de diligências, exames e perícias.

Art. 56. Recebida a denúncia, o juiz designará dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, ordenará a citação pessoal do acusado, a intimação do Ministério Público, do assistente, se for o caso, e requisitará os laudos periciais.

§ 1º Tratando-se de condutas tipificadas como infração do disposto nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei, o juiz, ao receber a denúncia, poderá decretar o afastamento cautelar do denunciado de suas atividades, se for funcionário público, comunicando ao órgão respectivo.

§ 2º A audiência a que se refere o caput deste artigo será realizada dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento da denúncia, salvo se determinada a realização de avaliação para atestar dependência de drogas, quando se realizará em 90 (noventa) dias.

Art. 57. Na audiência de instrução e julgamento, após o interrogatório do acusado e a inquirição das testemunhas, será dada a palavra, sucessivamente, ao representante do Ministério Público e ao defensor do acusado, para sustentação oral, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por mais 10 (dez), a critério do juiz.

Parágrafo único. Após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante.

Art. 58. Encerrados os debates, proferirá o juiz sentença de imediato, ou o fará em 10 (dez) dias, ordenando que os autos para isso lhe sejam conclusos.

§ 1º Ao proferir sentença, o juiz, não tendo havido controvérsia, no curso do processo, sobre a natureza ou quantidade da substância ou do produto, ou sobre a regularidade do respectivo laudo, determinará que se proceda na forma do art. 32, § 1º, desta Lei, preservando-se, para eventual contraprova, a fração que fixar.

§ 2º Igual procedimento poderá adotar o juiz, em decisão motivada e, ouvido o Ministério Público, quando a quantidade ou valor da substância ou do produto o indicar, precedendo a medida a elaboração e juntada aos autos do laudo toxicológico.

Art. 59. Nos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei, o réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória.

## CAPÍTULO IV

### DA APREENSÃO, ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS DO ACUSADO

Art. 60. O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ouvido o Ministério Público, havendo indícios suficientes, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão e

outras medidas assecuratórias relacionadas aos bens móveis e imóveis ou valores consistentes em produtos dos crimes previstos nesta Lei, ou que constituam proveito auferido com sua prática, procedendo-se na forma dos [arts. 125 a 144 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal](#).

§ 1º Decretadas quaisquer das medidas previstas neste artigo, o juiz facultará ao acusado que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente ou requeira a produção de provas acerca da origem lícita do produto, bem ou valor objeto da decisão.

§ 2º Provada a origem lícita do produto, bem ou valor, o juiz decidirá pela sua liberação.

§ 3º Nenhum pedido de restituição será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores.

§ 4º A ordem de apreensão ou seqüestro de bens, direitos ou valores poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata possa comprometer as investigações.

Art. 61. Não havendo prejuízo para a produção da prova dos fatos e comprovado o interesse público ou social, ressalvado o disposto no art. 62 desta Lei, mediante autorização do juízo competente, ouvido o Ministério Público e cientificada a Senad, os bens apreendidos poderão ser utilizados pelos órgãos ou pelas entidades que atuam na prevenção do uso indevido, na atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e na repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades.

Parágrafo único. Recaindo a autorização sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento, em favor da instituição à qual tenha deferido o uso, ficando esta livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

Art. 62. Os veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte, os maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza, utilizados para a prática dos crimes definidos nesta Lei, após a sua regular apreensão, ficarão sob custódia da autoridade de polícia judiciária, excetuadas as armas, que serão recolhidas na forma de legislação específica.

§ 1º Comprovado o interesse público na utilização de qualquer dos bens mencionados neste artigo, a autoridade de polícia judiciária poderá deles fazer uso, sob sua responsabilidade e com o objetivo de sua conservação, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 2º Feita a apreensão a que se refere o caput deste artigo, e tendo recaído sobre dinheiro ou cheques emitidos como ordem de pagamento, a autoridade de polícia judiciária que presidir o inquérito deverá, de imediato, requerer ao juízo competente a intimação do Ministério Público.

§ 3º Intimado, o Ministério Público deverá requerer ao juízo, em caráter cautelar, a conversão do numerário apreendido em moeda nacional, se for o caso, a compensação dos cheques emitidos após a instrução do inquérito, com cópias autênticas dos respectivos títulos, e o depósito das correspondentes quantias em conta judicial, juntando-se aos autos o recibo.

§ 4º Após a instauração da competente ação penal, o Ministério Público, mediante petição autônoma, requererá ao juízo competente que, em caráter cautelar, proceda à alienação dos bens apreendidos, excetuados aqueles que a União, por intermédio da Senad, indicar para serem colocados sob uso e custódia da autoridade de polícia judiciária, de órgãos de inteligência ou militares, envolvidos nas ações de prevenção ao uso indevido de drogas e operações de repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades.

§ 5º Excluídos os bens que se houver indicado para os fins previstos no § 4º deste artigo, o requerimento de alienação deverá conter a relação de todos os demais bens apreendidos, com a descrição e a especificação de cada um deles, e informações sobre quem os tem sob custódia e o local onde se encontram.

§ 6º Requerida a alienação dos bens, a respectiva petição será autuada em apartado, cujos autos terão tramitação autônoma em relação aos da ação penal principal.

§ 7º Autuado o requerimento de alienação, os autos serão conclusos ao juiz, que, verificada a presença de nexo de instrumentalidade entre o delito e os objetos utilizados para a sua prática e risco de perda de valor econômico pelo decurso do tempo, determinará a avaliação dos bens relacionados, cientificará a Senad e intimará a União, o Ministério Público e o interessado, este, se for o caso, por edital com prazo de 5 (cinco) dias.

§ 8º Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão.

§ 9º Realizado o leilão, permanecerá depositada em conta judicial a quantia apurada, até o final da ação penal respectiva, quando será transferida ao Funad, juntamente com os valores de que trata o § 3º deste artigo.

§ 10. Terão apenas efeito devolutivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas no curso do procedimento previsto neste artigo.

§ 11. Quanto aos bens indicados na forma do § 4º deste artigo, recaindo a autorização sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento, em favor da autoridade de polícia judiciária ou órgão aos quais tenha deferido o uso, ficando estes livres do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

Art. 63. Ao proferir a sentença de mérito, o juiz decidirá sobre o perdimento do produto, bem ou valor apreendido, seqüestrado ou declarado indisponível.

§ 1º Os valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados nesta Lei e que não forem objeto de tutela cautelar, após decretado o seu perdimento em favor da União, serão revertidos diretamente ao Funad.

§ 2º Compete à Senad a alienação dos bens apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento já tenha sido decretado em favor da União.

§ 3º A Senad poderá firmar convênios de cooperação, a fim de dar imediato cumprimento ao estabelecido no § 2º deste artigo.

§ 4º Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz do processo, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, remeterá à Senad relação dos bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União, indicando, quanto aos bens, o local em que se encontram e a entidade ou o órgão em cujo poder estejam, para os fins de sua destinação nos termos da legislação vigente.

Art. 64. A União, por intermédio da Senad, poderá firmar convênio com os Estados, com o Distrito Federal e com organismos orientados para a prevenção do uso indevido de drogas, a atenção e a reinserção social de usuários ou dependentes e a atuação na repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, com vistas na liberação de equipamentos e de recursos por ela arrecadados, para a implantação e execução de programas relacionados à questão das drogas.

## TÍTULO V

### DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Art. 65. De conformidade com os princípios da não-intervenção em assuntos internos, da igualdade jurídica e do respeito à integridade territorial dos Estados e às leis e aos regulamentos nacionais em vigor, e observado o espírito das Convenções das Nações Unidas e outros instrumentos jurídicos internacionais relacionados à questão das drogas, de que o Brasil é parte, o governo brasileiro prestará, quando solicitado, cooperação a outros países e organismos internacionais e, quando necessário, deles solicitará a colaboração, nas áreas de:

I - intercâmbio de informações sobre legislações, experiências, projetos e programas voltados para atividades de prevenção do uso indevido, de atenção e de reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

II - intercâmbio de inteligência policial sobre produção e tráfico de drogas e delitos conexos, em especial o tráfico de armas, a lavagem de dinheiro e o desvio de precursores químicos;

III - intercâmbio de informações policiais e judiciais sobre produtores e traficantes de drogas e seus precursores químicos.

## TÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 66. Para fins do disposto no parágrafo único do art. 1º desta Lei, até que seja atualizada a terminologia da lista mencionada no preceito, denominam-se drogas substâncias entorpecentes, psicotrópicas, precursoras e outras sob controle especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

Art. 67. A liberação dos recursos previstos na [Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986](#), em favor de Estados e do Distrito Federal, dependerá de sua adesão e respeito às diretrizes básicas contidas nos convênios firmados e do fornecimento de dados necessários à atualização do sistema previsto no art. 17 desta Lei, pelas respectivas polícias judiciárias.

Art. 68. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

Art. 69. No caso de falência ou liquidação extrajudicial de empresas ou estabelecimentos hospitalares, de pesquisa, de ensino, ou congêneres, assim como nos serviços de saúde que produzirem, venderem, adquirirem, consumirem, prescreverem ou fornecerem drogas ou de qualquer outro em que existam essas substâncias ou produtos, incumbe ao juízo perante o qual tramite o feito:

I - determinar, imediatamente à ciência da falência ou liquidação, sejam lacradas suas instalações;

II - ordenar à autoridade sanitária competente a urgente adoção das medidas necessárias ao recebimento e guarda, em depósito, das drogas arrecadadas;

III - dar ciência ao órgão do Ministério Público, para acompanhar o feito.

§ 1º Da licitação para alienação de substâncias ou produtos não proscritos referidos no inciso II do caput deste artigo, só podem participar pessoas jurídicas regularmente habilitadas na área de saúde ou de pesquisa científica que comprovem a destinação lícita a ser dada ao produto a ser arrematado.

§ 2º Ressalvada a hipótese de que trata o § 3º deste artigo, o produto não arrematado será, ato contínuo à hasta pública, destruído pela autoridade sanitária, na presença dos Conselhos Estaduais sobre Drogas e do Ministério Público.

§ 3º Figurando entre o praxeado e não arrematadas especialidades farmacêuticas em condições de emprego terapêutico, ficarão elas depositadas sob a guarda do Ministério da Saúde, que as destinará à rede pública de saúde.

Art. 70. O processo e o julgamento dos crimes previstos nos arts. 33 a 37 desta Lei, se caracterizado ilícito transnacional, são da competência da Justiça Federal.

Parágrafo único. Os crimes praticados nos Municípios que não sejam sede de vara federal serão processados e julgados na vara federal da circunscrição respectiva.

Art. 71. [\(VETADO\)](#)

Art. 72. Sempre que conveniente ou necessário, o juiz, de ofício, mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ou a requerimento do Ministério Público, determinará que se proceda, nos limites de sua jurisdição e na forma prevista no § 1º do art. 32 desta Lei, à destruição de drogas em processos já encerrados.

Art. 73. A União poderá celebrar convênios com os Estados visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.

Art. 74. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

Art. 75. Revogam-se a [Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976](#), e a [Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002](#).

Brasília, 23 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Márcio Thomaz Bastos*

*Guido Mantega*

*Jorge Armando Felix*

## POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS

RESOLUÇÃO Nº3/GSIPR/CH/CONAD, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005

Aprova a Política Nacional Sobre Drogas

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS - CONAD, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos arts. 5º do Decreto nº 3.696, de 21 de dezembro de 2000 e 18 do Regimento Interno e em decorrência do processo que realinhou a Política Nacional Antidrogas até então vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a Política Nacional Sobre Drogas, na forma do anexo a esta resolução, tendo em vista deliberação do Conselho Nacional Antidrogas em reunião de 23 de maio de 2005.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ARMANDO FELIX

POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS

Brasília 2005

PRESSUPOSTOS DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS

- Buscar, incessantemente, atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas.
- Reconhecer as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada.
- Tratar de forma igualitária, sem discriminação, as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas.
- Buscar a conscientização do usuário e da sociedade em geral de que o uso de drogas ilícitas alimenta as atividades e organizações criminosas que têm, no narcotráfico, sua principal fonte de recursos financeiros.
- Garantir o direito de receber tratamento adequado a toda pessoa com problemas decorrentes do uso indevido de drogas.
- Priorizar a prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de



menor custo para a sociedade.

- Não confundir as estratégias de redução de danos como incentivo ao uso indevido de drogas, pois se trata de uma estratégia de prevenção.
- Intensificar, de forma ampla, a cooperação nacional e internacional, participando de fóruns sobre drogas, bem como estreitando as relações de colaboração multilateral, respeitando a soberania nacional.
- Reconhecer a corrupção e a lavagem de dinheiro como as principais vulnerabilidades a serem alvo das ações repressivas, visando ao desmantelamento do crime organizado, em particular do relacionado com as drogas.
- Elaborar planejamento que permita a realização de ações coordenadas dos diversos órgãos envolvidos no problema, a fim de impedir a utilização do território nacional para o cultivo, a produção, a armazenagem, o trânsito e o tráfico de drogas ilícitas.
- Garantir, incentivar e articular, por intermédio do Conselho Nacional Antidrogas - CONAD, o desenvolvimento de estratégias de planejamento e avaliação nas políticas de educação, assistência social, saúde e segurança pública, em todos os campos relacionados às drogas.
- Garantir ações para reduzir a oferta de drogas, por intermédio de atuação coordenada e integrada dos órgãos responsáveis pela persecução criminal, em níveis federal e estadual, visando realizar ações repressivas e processos criminais contra os responsáveis pela produção e tráfico de substâncias proscritas, de acordo com o previsto na legislação.
- Fundamentar, no princípio da responsabilidade compartilhada, a coordenação de esforços entre os diversos segmentos do governo e da sociedade, em todos os níveis, buscando efetividade e sinergia no resultado das ações, no sentido de obter redução da oferta e do consumo de drogas, do custo social a elas relacionado e das consequências adversas do uso e do tráfico de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas.
- Garantir a implantação, efetivação e melhoria dos programas, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social) e redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida, respeitando potencialidades e princípios éticos.
- Incentivar, orientar e propor o aperfeiçoamento da legislação para garantir a implementação e a fiscalização das ações decorrentes desta política.
- Pesquisar, experimentar e implementar novos programas, projetos e ações, de forma pragmática e sem preconceitos, visando à prevenção, tratamento, reinserção psicossocial, redução da demanda, oferta e danos com fundamento em resultados científicos comprovados.
- Garantir que o Sistema Nacional Antidrogas - SISNAD seja implementado por meio dos Conselhos em todos os níveis de governo e que esses possuam caráter deliberativo, articulador, normativo e consultivo, assegurando a composição paritária entre sociedade civil e governo.
- Reconhecer o uso irracional das drogas lícitas como fator importante na indução de

dependência, devendo, por esse motivo, ser objeto de um adequado controle social, especialmente nos aspectos relacionados à propaganda, comercialização e acessibilidade de populações vulneráveis, tais como crianças e adolescentes.

- Garantir dotações orçamentárias permanentes para o Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, a fim de implementar ações propostas pela Política Nacional sobre Drogas, com ênfase para aquelas relacionadas aos capítulos da PNAD: prevenção, tratamento e reinserção social, redução de danos, redução da oferta, estudos e pesquisas.

## OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS

- Conscientizar a sociedade brasileira sobre os prejuízos sociais e as implicações negativas representadas pelo uso indevido de drogas e suas consequências.

- Educar, informar, capacitar e formar pessoas em todos os segmentos sociais para a ação efetiva e eficaz de redução da demanda, da oferta e de danos, fundamentada em conhecimentos científicos validados e experiências bem-sucedidas, adequadas à nossa realidade.

- Conhecer, sistematizar e divulgar as iniciativas, ações e campanhas de prevenção do uso indevido de drogas em uma rede operativa, com a finalidade de ampliar sua abrangência e eficácia.

- Implantar e implementar rede de assistência integrada, pública e privada, intersetorial, para pessoas com transtornos decorrentes do consumo de substâncias psicoativas, fundamentada em conhecimento validado, de acordo com a normatização funcional mínima, integrando os esforços desenvolvidos no tratamento.

- Avaliar e acompanhar sistematicamente os diferentes tratamentos e iniciativas terapêuticas, fundamentados em diversos modelos, com a finalidade de promover aqueles que obtiverem resultados favoráveis.

- Reduzir as consequências sociais e de saúde decorrentes do uso indevido de drogas para a pessoa, a comunidade e a sociedade.

- Difundir o conhecimento sobre os crimes, delitos e infrações relacionados às drogas ilícitas e lícitas, prevenindo-os e coibindo-os por meio da implementação e efetivação de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

- Combater o tráfico de drogas e os crimes conexos, em todo território nacional, dando ênfase às áreas de fronteiras terrestres, aéreas e marítimas, por meio do desenvolvimento e implementação de programas socioeducativos específicos, multilaterais, que busquem a promoção da saúde e a reparação dos danos causados à sociedade.

- Assegurar, de forma contínua e permanente, o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, como forma de estrangular o fluxo lucrativo desse tipo de atividade ilegal, que diz respeito ao tráfico de drogas.

- Manter e atualizar, de forma contínua, o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, para fundamentar, dentro de outras finalidades, o desenvolvimento de programas e intervenções dirigidas à redução de demanda (prevenção, tratamento e reinserção psicossocial), redução de danos e de oferta de drogas, resguardados o sigilo, a confidencialidade e seguidos os procedimentos éticos de pesquisa e armazenamento de dados.
- Garantir rigor metodológico às atividades de redução da demanda, oferta e danos, por meio da promoção de levantamentos e pesquisas sistemáticas, avaliados por órgão de referência da comunidade científica.
- Garantir a realização de estudos e pesquisas visando à inovação dos métodos e programas de redução da demanda, da oferta e dos danos sociais e à saúde.
- Instituir, em todos os níveis de governo, com rigor metodológico, sistema de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de redução da demanda, da oferta e dos danos sociais e à saúde.
- Assegurar, em todos os níveis de governo, dotação orçamentária e efetivo controle social sobre os gastos e ações preconizadas nesta política, em todas as etapas de sua implementação, contemplando os preceitos estabelecidos pelo CONAD, incentivando a participação de toda a sociedade.

## 1. PREVENÇÃO

### 1.1 Orientação geral

1.1.1 A efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da “Responsabilidade Compartilhada”, com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde.

1.1.2 A execução desta política, no campo da prevenção deve ser descentralizada nos municípios, com o apoio dos Conselhos Estaduais de políticas públicas sobre drogas e da sociedade civil organizada, adequada às peculiaridades locais e priorizando as comunidades mais vulneráveis, identificadas por um diagnóstico. Para tanto, os municípios devem ser incentivados a instituir, fortalecer e divulgar o seu Conselho Municipal sobre Drogas.

1.1.3 As ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e pluralidade cultural, orientando-se para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica e a valorização das relações familiares, considerando seus diferentes modelos.

1.1.4 As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, o fomento do protagonismo juvenil, da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações.

1.1.5 As mensagens utilizadas em campanhas e programas educacionais e preventivos devem ser claras, atualizadas e fundamentadas cientificamente, considerando as especificidades do público-alvo, as diversidades culturais, a vulnerabilidade, respeitando as diferenças de gênero, raça e etnia.

## 1.2 Diretrizes

1.2.1 Garantir aos pais e/ou responsáveis, representantes de entidades governamentais e não-governamentais, iniciativa privada, educadores, religiosos, líderes estudantis e comunitários, conselheiros estaduais e municipais e outros atores sociais, capacitação continuada sobre prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, objetivando engajamento no apoio às atividades preventivas com base na filosofia da responsabilidade compartilhada.

1.2.2 Dirigir as ações de educação preventiva, de forma continuada, com foco no indivíduo e seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de drogas, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

1.2.3 Promover, estimular e apoiar a capacitação continuada, o trabalho interdisciplinar e multiprofissional, com a participação de todos os atores sociais envolvidos no processo, possibilitando que esses se tornem multiplicadores, com o objetivo de ampliar, articular e fortalecer as redes sociais, visando ao desenvolvimento

integrado de programas de promoção geral à saúde e de prevenção.

1.2.4 Manter, atualizar e divulgar um sistema de informações de prevenção sobre o uso indevido de drogas, integrado, amplo e interligado ao OBID, acessível a toda a sociedade, que favoreça a formulação e implementação de ações de prevenção, incluindo mapeamento e divulgação de “boas práticas” existentes no Brasil e em outros países.

1.2.5 Incluir processo de avaliação permanente das ações de prevenção realizadas pelos Governos, Federal, Estaduais, Municipais, observando-se as especificidades regionais.

1.2.6 Fundamentar as campanhas e programas de prevenção em pesquisas e levantamentos sobre o uso de drogas e suas consequências, de acordo com a população-alvo, respeitadas as características regionais e as peculiaridades dos diversos segmentos populacionais, especialmente nos aspectos de gênero e cultura.

1.2.7 Propor a inclusão, na educação básica e superior, de conteúdos relativos à prevenção do uso indevido de drogas.

1.2.8 Priorizar ações interdisciplinares e contínuas, de caráter preventivo e educativo na elaboração de programas de saúde para o trabalhador e seus familiares, oportunizando a prevenção do uso indevido de drogas no ambiente de trabalho em todos os turnos, visando à melhoria da qualidade de vida, baseadas no

processo da responsabilidade compartilhada, tanto do empregado como do empregador.

1.2.9 Recomendar a criação de mecanismos de incentivo para que empresas e instituições desenvolvam ações de caráter preventivo e educativo sobre drogas.

## 2. TRATAMENTO, RECUPERAÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL

### 2.1 Orientação Geral

2.1.1 O Estado deve estimular, garantir e promover ações para que a sociedade (incluindo os usuários, dependentes, familiares e populações específicas), possa assumir com responsabilidade ética, o tratamento, a recuperação e a reinserção social, apoiada técnica e financeiramente, de forma descentralizada, pelos órgãos governamentais, nos níveis municipal, estadual e federal, pelas organizações não-governamentais e entidades privadas.

2.1.2 O acesso às diferentes modalidades de tratamento e recuperação, reinserção social e ocupacional deve ser identificado, qualificado e garantido como um processo contínuo de esforços disponibilizados, de forma permanente, para os usuários, dependentes e seus familiares, com investimento técnico e financeiro de forma descentralizada.

2.1.3 As ações de tratamento, recuperação, reinserção social e ocupacional devem ser vinculadas a pesquisas científicas, avaliando-as e incentivando-as e multiplicando aquelas que tenham obtido resultados mais efetivos, com garantia de alocação de recursos técnicos e financeiros, para a realização dessas práticas e pesquisas, promovendo o aperfeiçoamento das demais.

2.1.4 Na etapa da recuperação, deve-se destacar e promover ações de reinserção familiar, social e ocupacional, em razão de sua constituição como instrumento capaz de romper o ciclo consumo/tratamento, para grande parte dos envolvidos, por meio de parcerias e convênios com órgãos governamentais e organizações não-governamentais, assegurando a distribuição descentralizada de recursos técnicos e financeiros.

2.1.5 No Orçamento Geral da União devem ser previstas dotações orçamentárias, em todos os ministérios responsáveis pelas ações da Política Nacional sobre Drogas, que serão distribuídas de forma descentralizada, com base em avaliação das necessidades específicas para a área de tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, estimulando o controle social e a responsabilidade compartilhada entre governo e sociedade

2.1.6 A capacitação continuada, avaliada e atualizada de todos os setores governamentais e não-governamentais envolvidos com tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional dos usuários, dependentes e seus familiares deve ser garantida, inclusive com recursos financeiros, para multiplicar os conhecimentos na área.

### 2.2 Diretrizes

2.2.1. Promover e garantir a articulação e integração em rede nacional das intervenções para tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional (Unidade Básica de Saúde, ambulatórios, Centro de Atenção Psicossocial, Centro de Atenção Psicossocial

Álcool e Drogas, comunidades terapêuticas, grupos de auto-ajuda e ajuda mútua, hospitais gerais e psiquiátricos, hospital-dia, serviços de emergências, corpo de bombeiros, clínicas especializadas, casas de apoio e convivência e moradias assistidas) com o Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social para o usuário e seus familiares, por meio de distribuição descentralizada e fiscalizada de recursos técnicos e financeiros.

2.2.2. Desenvolver e disponibilizar banco de dados, com informações científicas atualizadas, para subsidiar o planejamento e avaliação das práticas de tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional sob a responsabilidade de órgãos públicos, privados ou de organizações não-governamentais, devendo essas informações ser de abrangência regional (estaduais e municipais), com ampla divulgação, fácil

acesso e resguardando o sigilo das informações.

2.2.3. Definir normas mínimas que regulem o funcionamento de instituições dedicadas ao tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, quaisquer que sejam os modelos ou formas de atuação, monitorar e fiscalizar o cumprimento dessas normas, respeitando o âmbito de atuação de cada instituição.

2.2.4. Estabelecer procedimentos de avaliação por uma comissão tripartite e paritária para as diversas modalidades de tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, para usuários dependentes e familiares, com base em parâmetros comuns, adaptados às realidades regionais, permitindo a comparação de resultados entre as instituições, aplicando para esse fim recursos técnicos e financeiros.

2.2.5. Desenvolver, adaptar e implementar diversas modalidades de tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional dos dependentes químicos e familiares às características específicas dos diferentes grupos: crianças e adolescentes, adolescentes em medida socioeducativa, mulheres, gestantes, idosos, pessoas em situação de risco social, portadores de qualquer co-morbidade, população carcerária e egressos, trabalhadores do sexo e populações indígenas, por meio da distribuição descentralizada de recursos técnicos e financeiros.

2.2.6. Propor, por meio de dispositivos legais, incluindo incentivos fiscais, o estabelecimento de parcerias e convênios em todos os níveis do Estado, que possibilitem a atuação de instituições e organizações públicas, não- governamentais ou privadas que contribuam no tratamento, na recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional.

2.2.7. Propor a criação de taxas específicas para serem arrecadadas em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal) sobre as atividades da indústria de bebidas alcoólicas e do tabaco, para financiar tratamento, recuperação, redução de danos e reinserção social e ocupacional de dependentes químicos e familiares.

2.2.8. Garantir a destinação dos recursos provenientes das arrecadações do Fundo Nacional Antidrogas (composto por recursos advindos da apropriação de bens e valores apreendidos em decorrência do crime do narcotráfico) para tratamento, recuperação, reinserção social e ocupacional.

2.2.9. Estabelecer parcerias com universidades para implementação da capacitação continuada, por meio dos pólos permanentes de educação, saúde e assistência social.

2.2.10. Propor que a Agência Nacional de Saúde Suplementar regule o atendimento assistencial em saúde para os transtornos psiquiátricos e/ou por abuso de substâncias psicotrópicas, de modo a garantir tratamento tecnicamente adequado previsto na Política Nacional de Saúde.

### 3. REDUÇÃO DOS DANOS SOCIAIS E À SAÚDE

#### 3.1 Orientação Geral

3.1.1 A promoção de estratégias e ações de redução de danos, voltadas para a saúde pública e direitos humanos, deve ser realizada de forma articulada inter e intra-setorial, visando à redução dos riscos, as consequências adversas e dos danos associados ao uso de álcool e outras drogas para a pessoa, a família e a sociedade.

#### 3.2 Diretrizes

3.2.1. Reconhecer a estratégia de redução de danos, amparada pelo artigo 196 da Constituição Federal, como medida de intervenção preventiva, assistencial, de promoção da saúde e dos direitos humanos.

3.2.2. Garantir o apoio à implementação, divulgação e acompanhamento das iniciativas e estratégias de redução de danos desenvolvidas por organizações governamentais e não-governamentais, assegurando os recursos técnicos, políticos e financeiros necessários, em consonância com as políticas públicas de saúde.

3.2.3. Diminuir o impacto dos problemas socioeconômicos, culturais e dos agravos à saúde associados ao uso de álcool e outras drogas.

3.2.4. Orientar e estabelecer, com embasamento científico, intervenções e ações de redução de danos, considerando a qualidade de vida, o bem-estar individual e comunitário, as características locais, o contexto de vulnerabilidade e o risco social.

3.2.5. Garantir, promover e destinar recursos para o treinamento, capacitação e supervisão técnica de trabalhadores e de profissionais para atuar em atividades de redução de danos.

3.2.6. Viabilizar o reconhecimento e a regulamentação do agente redutor de danos como profissional e/ou trabalhador de saúde, garantindo sua capacitação e supervisão técnica.

3.2.7. Estimular a formação de multiplicadores em atividades relacionadas à redução de danos, visando um maior envolvimento da comunidade com essa estratégia.

3.2.8. Incluir a redução de danos na abordagem da promoção da saúde e prevenção, no ensino formal (fundamental, médio e superior).

3.2.9. Promover estratégias de divulgação, elaboração de material educativo, sensibilização e

discussão com a sociedade sobre redução de danos por meio do trabalho com as diferentes mídias.

3.2.10 Apoiar e divulgar as pesquisas científicas submetidas e aprovadas por comitê de ética, realizadas na área de redução de danos para o aprimoramento e a adequação da política e de suas estratégias.

3.2.11 Promover a discussão de forma participativa e subsidiar tecnicamente a elaboração de eventuais mudanças nas legislações, nas três esferas de governo, por meio dos dados e resultados da redução de danos.

3.2.12 Assegurar às crianças e adolescentes o direito à saúde e o acesso às estratégias de redução de danos, conforme preconiza o Sistema de Garantia de Direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n.º 8.069/1990).

3.2.13 Comprometer os governos federal, estaduais e municipais com o financiamento, a formulação, implementação e avaliação de programas e de ações de redução de danos sociais e à saúde, considerando as peculiaridades locais e regionais.

3.2.14 Implementar políticas públicas de geração de trabalho e renda como elementos redutores de danos sociais.

3.2.15 Promover e implementar a integração das ações de redução de danos com outros programas de saúde pública.

3.2.16 Estabelecer estratégias de redução de danos voltadas para minimizar as consequências do uso indevido, não somente de drogas lícitas e ilícitas, bem como de outras substâncias.

## 4. REDUÇÃO DA OFERTA

### 4.1 Orientação Geral

4.1.1 A redução substancial dos crimes relacionados ao tráfico de drogas ilícitas e ao uso abusivo de substâncias nocivas à saúde, responsáveis pelo alto índice de violência no país, deve proporcionar melhoria nas condições de segurança das pessoas.

4.1.2 Meios adequados devem ser assegurados à promoção da saúde e à preservação das condições de trabalho e da saúde física e mental dos profissionais de segurança pública, incluindo assistência jurídica.

4.1.3 As ações contínuas de repressão devem ser promovidas para reduzir a oferta das drogas ilegais e/ou de abuso, pela erradicação e apreensão permanentes destas produzidas no país, pelo bloqueio do ingresso das oriundas do exterior, destinadas ao consumo interno ou ao mercado internacional e pela identificação e desmantelamento das organizações criminosas.

4.1.4 A coordenação, promoção e integração das ações dos setores governamentais, responsáveis pelas atividades de prevenção e repressão ao tráfico de drogas ilícitas, nos diversos níveis de governo, devem orientar a todos que possam apoiar, aprimorar e facilitar o



trabalho.

4.1.5 A execução da Política Nacional sobre Drogas deve estimular e promover, de forma harmônica com as diretrizes governamentais, a participação e o engajamento de organizações não-governamentais e de todos os setores organizados da sociedade.

4.1.6 As ações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI/MJ, da Secretaria da Receita Federal - SRF, do Departamento de Polícia Federal - DPF, do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, da Polícia Rodoviária Federal - DPRF, das Polícias Cíveis e Militares e demais setores governamentais, com responsabilidade na redução da oferta, devem receber irrestrito apoio na execução de suas atividades.

4.1.7 Interação permanente com o Poder Judiciário e Ministério Público, por meio dos órgãos competentes, visando agilizar a implementação da tutela cautelar, com o objetivo de evitar a deterioração dos bens apreendidos.

## 4.2 Diretrizes

4.2.1. Conscientizar e estimular a colaboração espontânea e segura de todas as pessoas e instituições com os órgãos encarregados pela prevenção e repressão ao tráfico de drogas, garantido o anonimato.

4.2.2. Centralizar, no Departamento de Polícia Federal, as informações que permitam promover o planejamento integrado e coordenado das ações repressivas dos diferentes órgãos, disponibilizando-as para as unidades da federação, bem como atender as solicitações de organismos nacionais e internacionais com os quais o país mantém acordos.

4.2.3. Estimular operações repressivas, assegurando condições técnicas e financeiras, para ações integradas entre os órgãos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, responsáveis pela redução da oferta, coordenadas pelo Departamento de Polícia Federal, sem relação de subordinação, com o objetivo de prevenir e combater os crimes relacionados às drogas.

4.2.4. Incrementar a cooperação internacional, estabelecendo e reativando protocolos e ações coordenadas, fomentando a harmonização de suas legislações, especialmente com os países vizinhos.

4.2.5. Apoiar a realização de ações dos órgãos responsáveis pela investigação, fiscalização e controle nas esferas federal, estadual e municipal e o Distrito Federal, para impedir que bens e recursos provenientes do tráfico de drogas sejam legitimados no Brasil e no exterior.

4.2.6. Planejar e adotar medidas para tornar a repressão eficaz, cuidando para que as ações de fiscalização e investigação sejam harmonizadas, mediante a concentração dessas atividades dentro de jurisdição penal em que o Judiciário e a Polícia repressiva disponham de recursos técnicos, financeiros e humanos adequados para promover e sustentar a ação contínua de desmonte das organizações criminosas e de apreensão e destruição

do estoque de suas mercadorias.

4.2.7. Manter, por intermédio da SENAD, o Conselho Nacional Antidrogas informado sobre os bens móveis, imóveis e financeiros apreendidos de narcotraficantes, a fim de agilizar sua utilização ou alienação por via da tutela cautelar ou de sentença com trânsito em julgado, bem como a conseqüente aplicação dos recursos.

4.2.8. Priorizar as ações de combate às drogas ilícitas que se destinam ao mercado interno, produzidas ou não no país, sem prejuízo das ações de repressão àquelas destinadas ao mercado externo.

4.2.9. Controlar e fiscalizar, por meio dos órgãos competentes dos ministérios da Justiça, da Saúde e da Fazenda, bem como das Secretarias de Fazenda estaduais e municipais e do Distrito Federal, todo o comércio e transporte de insumos que possam ser utilizados para produzir drogas, sintéticas ou não.

4.2.10. Estimular e assegurar a coordenação e a integração entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública, as secretarias de segurança e justiça estaduais e do Distrito Federal, o Departamento de Polícia Federal e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no sentido do aperfeiçoamento das políticas, estratégias e ações comuns de combate ao narcotráfico e aos crimes conexos.

4.2.11. Promover e incentivar as ações de desenvolvimento regional de culturas e atividades alternativas, visando à erradicação de cultivos ilegais no país.

4.2.12. Assegurar recursos orçamentários no âmbito da União, Estados e do Distrito Federal para o aparelhamento das polícias especializadas na repressão às drogas e estimular mecanismos de integração e coordenação de todos os órgãos que possam prestar apoio adequado às suas ações.

4.2.13. Intensificar a capacitação dos profissionais de Segurança Pública, dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, com funções nas áreas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas em todos os níveis de governo e no Distrito Federal, bem como estimular a criação de departamentos especializados nas atividades de combate às drogas.

4.2.14. Assegurar dotações orçamentárias para a Política de Segurança Pública, especificamente para os setores de redução da oferta de drogas, com vinculação de percentual, nos moldes das áreas de educação e saúde, com o fim de melhorar e implementar atividades, bem como criar mecanismos incentivadores ao desempenho das funções dos profissionais dessa área.

## 5. ESTUDOS, PESQUISAS E AVALIAÇÕES

### 5.1 Orientação Geral

5.1.1 Meios necessários devem ser garantidos para estimular, fomentar, realizar e assegurar, com a participação das instâncias federal, estaduais, municipais e o Distrito Federal, o

desenvolvimento permanente de estudos, pesquisas e avaliações que permitam aprofundar o conhecimento sobre drogas, a extensão do consumo e sua evolução, a prevenção do uso indevido, repressão, tratamento, reabilitação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, observando os preceitos éticos.

5.1.2 Meios necessários devem ser garantidos à realização de estudos, análises e avaliações sobre as práticas das intervenções públicas e privadas, nas áreas de prevenção, tratamento, reabilitação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, redução da oferta, considerando que os resultados orientarão a continuidade ou a reformulação dessas práticas.

## 5.2 Diretrizes

5.2.1. Promover e realizar, periódica e regularmente, levantamentos abrangentes e sistemáticos sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas, incentivando e fomentando a realização de pesquisas dirigidas a parcelas da sociedade, considerando a enorme extensão territorial do país e as características regionais e sociais, além daquelas voltadas para populações específicas.

5.2.2. Incentivar e fomentar a realização de pesquisas básicas, epidemiológicas, qualitativas e inovações tecnológicas sobre os determinantes e condicionantes de riscos e danos, o conhecimento sobre as drogas, a extensão do consumo e sua evolução, a prevenção do uso indevido, repressão, tratamento, redução de danos, reabilitação, reinserção social e ocupacional, desenvolvidas por organizações governamentais e não-governamentais, disseminando amplamente seus resultados.

5.2.3. Assegurar, por meio de pesquisas, a identificação de princípios norteadores de programas preventivos.

5.2.4. Avaliar o papel da mídia e seu impacto no incentivo e/ou prevenção do uso indevido de álcool e outras drogas e os danos relacionados, divulgando os resultados por meio do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID.

5.2.5. Garantir que sejam divulgados por meio do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID e por meio impresso, pesquisas referentes ao uso indevido de álcool e outras drogas, que permitam aperfeiçoar uma rede de informações confiáveis para subsidiar o intercâmbio com instituições regionais, nacionais e estrangeiras e organizações multinacionais similares.

5.2.6. Apoiar, estimular e divulgar estudos, pesquisas e avaliações sobre violência, aspectos socioeconômicos e culturais, ações de redução da oferta e o custo social e sanitário do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas e seus impactos na sociedade.

5.2.7. Definir e divulgar critérios de financiamento para os estudos, pesquisas e avaliações.

5.2.8. Apoiar, estimular e divulgar pesquisas que avaliem a relação custo/benefício das ações públicas vigentes, para subsidiar a gestão e o controle social da Política Nacional sobre Drogas